



## Assembleia Municipal de Caminha

### **ATA Nº 22/17-21** **SESSÃO ORDINÁRIA** **2021/06/25**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no edifício do Cineteatro do Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 18H30M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Paulo Pereira, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, faltou.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pelo secretário Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Paula Margarida de Sousa e Almeida.
- Maria Emília Roda Fernandes Lopes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Cláudia Pereira Fernandes.
- Rui Taxa Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- Alberto Pereira Magalhães, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por José Valdemar Ferreira Vieira.
- João Filipe da Costa Lages, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Elias José Afonso de Lima, cujo faltou.
- Simaura Ferreira Fonseca, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída por Diana Carina Amorim Correia



## Assembleia Municipal de Caminha

- Mónica Ariana Ribeiro Fernandes, eleita pelo Partido Social Democrata, foi substituída por Sónia Celeste Rodrigues Fernandes, cuja faltou.
- Carlos Alberto Fonte Videira, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído Luciano Reia Lima Santos.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 33 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

### **1º - Período de Intervenção do Público.**

### **2º - Período da Antes da Ordem do Dia:**

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

### **3º - Período da Ordem do Dia:**

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril 2021;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2020;
- d) – Proposta de Cessão de Créditos ao Banco Europeu de Investimento;
- e) – Renovação do Protocolo para Organização do Festival de Vilar de Mouros entre 2022 e 2027;
- f) – Proibição de Trânsito no Arruamento que liga a Rua da Joanhinha à Rua de Esteiró na União de Freguesias de Moledo e Cristelo;
- g) - Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D'Arga



## Assembleia Municipal de Caminha

### 1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### **Alínea a) Apresentação do “Projeto Caminha 2030”.**

O **Senhor Presidente da Mesa**, saudou todos os presentes e apresentou as propostas mais votadas do projeto “Caminha 2030” pelos alunos do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais., saudou e agradeceu ao Professor Luiz Quarteu, o qual foi incansável na dinamização destes grupos de trabalho e à Diretora Maria Esteves que compilou este trabalho. Este é um trabalho que marca, porque é a primeira vez que é apresentado um trabalho nas Assembleias Municipais com sugestões concretas dos alunos do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais. Disse ainda que ao ler estas trinta páginas do qual constou o dossier vai ali fazer um repto aos alunos, e no que diz respeito às vossas reivindicações que muito que apreciei, recordasse dos que nasceram em plena 2.ª Guerra Mundial, e só em 1958 com a candidatura do Humberto Delgado tiveram verdadeiramente consciência da falta de liberdade e da pertença democracia que então vivíamos. O pensamento então, evolui e no ensino Universitário foi evoluindo e cultivado com a jornada do 25 de Abril de 1974, que todos festejamos com o nascimento da liberdade e da democracia em Portugal, mas, meus caros alunos temos de continuar a liberdade e a democracia, mas atenção a democracia não é um passeio de jardim pois o caminho tem encruzilhadas, tem armadilhas, tem precipícios, tem falsos amigos e por isso temos que caminhar muito atentos e preservar sempre, mas sempre os direitos humanos.

Esta é a mensagem que vos deixo.

Muito Obrigado.

De seguida o **Senhor Presidente de Mesa**, começou por chamar os alunos para irem ali defender as suas propostas.



## Assembleia Municipal de Caminha

E, do 2.º ciclo de Caminha foram chamados os alunos Marta Alves e José Pedro Ribeiro, os quais intercalaram as suas intervenções.

Entretanto o **Senhor Professor Luiz Quarteu**, fez uma pequena abertura e disse;

“Gostaria de começar a minha intervenção por dizer que é uma honra estar aqui presente nesta Assembleia Municipal de Caminha a representar o nosso Agrupamento de Escolas.

Também agradecemos à Assembleia Municipal de Caminha, na pessoa do Sr. Presidente, por nos permitir concluir este projeto na presença dos nossos representantes locais.

Em conjunto com o Professor José Leal, somos responsáveis pelo projeto "Parlamento Jovem" no nosso Agrupamento. Este é um projeto da responsabilidade da Assembleia da República, que pretende promover o debate de ideias e a apresentação de propostas face aos problemas diagnosticados pelos alunos. Contudo, no presente ano letivo, este projeto não foi desenvolvido no distrito de Viana do Castelo. Em substituição, apresentamos esta proposta de discutirmos o nosso concelho, convidando os nossos alunos a apresentarem soluções, nas mais diferentes áreas, que permitam o desenvolvimento da nossa terra.

Apesar das condicionantes impostas pelas atuais regras de combate à pandemia, o envolvimento dos alunos foi bastante significativo, tendo participado 19 turmas no total. Foram realizados debates a nível de turma e inter-turmas, culminando com a apresentação pública das 5 medidas mais votadas nesta Assembleia. Consideramos que o projeto foi um grande sucesso e esperamos que as propostas aqui apresentadas sejam analisadas e acolhidas pelos diferentes grupos partidários, sempre com o propósito da valorização do nosso Concelho.”

O, aluno **José Pedro Ribeiro**, deu início à sua intervenção, e disse;



## Assembleia Municipal de Caminha

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhoras e Senhores Vereadores.”

A, aluna **Marta Alves**, deu início à sua intervenção, e disse;

“Exmos. Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, Exmos. Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, Público presente e todos os que nos escutam desde casa.

Muito boa tarde.”

O, aluno **José Pedro Ribeiro**, continuou a intervenção;

“Como será do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>, o projeto “Caminha 2030” tem como principal objetivo que nós, crianças e jovens, possamos ter uma voz ativa no nosso Concelho, enunciando as propostas que julgamos pertinentes para o desenvolvimento do nosso território, bem como melhorias na qualidade de vida das nossas comunidades. As propostas que o 2º ciclo de Caminha vem hoje apresentar são apenas cinco das inúmeras que foram postas a discussão e votadas por um conjunto de alunos e são todos esses colegas que viemos hoje representar a este órgão deliberativo.”

A, aluna **Marta Alves**, continuou a intervenção;

“Durante a nossa discussão, foi unânime a proposta que previa a “Requalificação das estradas e caminhos das freguesias”. Não será novidade para nenhum dos presentes a existência de variadíssimos caminhos e estradas, em cada uma das freguesias aqui representadas pelos Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, em estado muitíssimo danificado, com existência de buracos, com fraca sinalização e com ausência até de iluminação pública. Como se compreenderá, apesar de ainda não conduzirmos, sabemos que as deficitárias condições que anteriormente enunciamos podem causar acidentes ou despistes, pondo, naturalmente em causa a segurança dos



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

## Assembleia Municipal de Caminha

cidadãos do nosso Concelho e aqueles que nos visitam. Poderíamos, por exemplo, enumerar o caso da Estrada da Cavada ou do Corredor de Eiras em Vilar de Mouros, a Avenida de Santana e Rua de Rouxico em Moledo, a Rua da Mouteira em Venade ou a Nacional .... que liga Venade a Azevedo, etc. O que vimos solicitar a V. Excisa. é que procedam, juntamente com os Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, a um levantamento dos casos mais gravosos e que procedam à sua reparação ou requalificação.”

O, aluno **José Pedro Ribeiro**, continuou a intervenção;

“Na sequência da proposta anterior, houve uma outra que foi muito votada pelos representantes do 2º ciclo, que consiste em “Reforçar a pintura e sinalização de todas as passadeiras no Concelho”. Exmos. Senhores, mais do que necessário, é urgente reforçar a pintura e sinalização das passadeiras do Concelho. Há vários locais onde a pintura das passadeiras não é nítida, nem para os condutores, nem para os próprios peões e onde a localização dos sinais verticais não é visível. Seria importante, também, a colocação de lombas em alguns locais para promover que a velocidade fosse menor em alguns locais e noutros, onde a passagem noturna é muitíssimo frequente, deveria ser colocada maior e melhor iluminação, por forma a diminuir o perigo. Gostaríamos de destacar dois casos que são de utilização diária pelos alunos da EBS de Caminha e que são de urgente correção: a passadeira em frente à Academia de Música Fernandes Fão em Caminha e a que se encontra por trás do posto de abastecimento da REPSOL, junto à nossa escola.”

A, aluna **Marta Alves**, continuou a intervenção;

“Houve uma outra sugestão que foi afluída pelos nossos colegas que se prende com a necessidade de “Reflorestar a Serra d’Arga com espécies autóctones”. Bem sabemos que existe um projeto de promoção e proteção da Serra d’Arga e da sua biodiversidade. Ainda assim, e sabendo também que existem várias espécies invasoras e que costuma esta zona ser assolada pelo



JK  
Z

## Assembleia Municipal de Caminha

flagelo dos fogos, achamos que é muito importante se generalize o processo de reflorestação com espécies autóctones como o Carvalho, o Castanheiro, o Sobreiro, etc...

Outra das propostas mais votadas e que muito nos alegra vir aqui apresentar-vos é “Dinamizar equipas de voluntariado no Concelho para apoio aos idosos”. Como é do conhecimento de todos os presentes e de todos os que nos escutam desde casa, são cada vez mais os idosos que se encontram a viver sozinhos em suas casas, sem qualquer retaguarda familiar, ou porque os seus filhos vivem longe, ou porque a vida profissional dos seus filhos e netos não permite estarem mais presentes. É certo também que muitos são os que têm apoio domiciliário dos centros de dia, mas muitos haverá também que não conseguem fazer face a este serviço por circunstâncias de carência económica. Outros haverá que, mesmo autónomos para as suas tarefas diárias, não conseguem já utilizar transportes públicos, ou que têm até já dificuldade em compreender ou reter aquilo que vão ouvindo nas habituais consultas médicas. Pois bem, achávamos interessante e importante criar visitas regulares, feitas por grupos de voluntários, que evitassem a solidão das pessoas idosas. Importante seria também criar, em parceria com as Juntas de Freguesia, por exemplo, uma rede de apoio às pessoas mais idosas, para lhes levar as compras, a medicação, transportá-las e acompanhá-las a consultas médicas...etc. Julgamos que esta seria uma aposta muitíssimo necessária no Concelho em que vivemos que deve apostar nos seus jovens, mas que deve também cuidar dos seus menos jovens.”

O, aluno **José Pedro Ribeira**, continuou a intervenção;

Por fim, a proposta que vimos apresentar é acerca da necessidade de “Utilização do andar/piso superior do edifício da Academia de Música de Caminha para salas de aula”. Exmos. Srs., como é sabido, a procura pelo ensino articulado da música é cada vez maior e é cada vez maior também o número de alunos quer em Caminha, quer em Vila Praia de Âncora. Sabemos



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

que os colegas de Vila Praia de Âncora terão, em breve, um espaço próprio, adequado e próximo onde poderão ter as aulas de ensino articulado, não obstante, para os alunos de Caminha, o espaço destinado às aulas é manifestamente insuficiente. Como compreenderão, as salas existentes não servem o número de alunos que frequentam a AMFF e a utilização de todos os espaços ou a distribuição dos alunos pelos espaços disponíveis, dificultam a concentração e o decorrer das próprias aulas. É frequente ouvirmos a aula ao lado, os colegas a estudar no corredor ou na zona exterior. Por essa razão, achamos que seria essencial a utilização também do piso superior do edifício. “

A, aluna **Marta Alves**, continuou a intervenção;

“Certos do maior empenhamento de todos os presentes na escolha das melhores opções e decisões, reiteramos o nosso agradecimento, solicitando que não esqueçam ou ignorem as propostas que aqui trouxemos.”

De seguida o **Senhor Presidente de Mesa**, chamou pelos alunos do 3.º ciclo de Caminha e Vila Praia de Âncora para irem ali defender as suas propostas, os quais intercalaram as suas intervenções.

A, aluna **Joana Fernandes**, começou a sua intervenção, e disse;

### “Criação do Parque Natural da Serra d’Arga

A Serra d’Arga usufrui de uma extraordinária riqueza de flora e fauna, com espécies emblemáticas, raras e ameaçadas de extinção, como o lobo-ibérico e o cavalo garrano.

Ao criarmos um Parque Natural na Serra d’Arga estamos não só a proteger a flora e fauna do nosso Concelho, como também estamos a garantir que estes animais e plantas que vivam lá, tenham uma proteção legal.”

A, aluna **Isabel Mendonça**, começou a sua intervenção, e disse;



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten signature in black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

“Os Parques Naturais são espaços mantidos em estado selvagem para que a fauna e flora sejam protegidos. A criação de um Parque Natural é crucial, particularmente para aquelas espécies que se encontram em perigo de extinção. A criação destes espaços também é muito importante para os animais, pois o seu habitat está a ser protegido.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“A Serra d’Arga detém de uma excecional riqueza florística, com 546 espécies de plantas vasculares, abrangendo 32 espécies raras ou ameaçadas de extinção. Já na fauna podemos contar com presença afirmada de mais de 180 espécies de vertebrados selvagens. “

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“E por fim, geologia da Serra d’Arga é caracterizada por um saliente batólito granítico, próximo do mar, que atinge os 825 metros de altitude no Alto do Espinheiro. Num tempo em que vive na ameaça da exploração de lítio, é importante existir uma proteção reforçada para esta paisagem.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Através da criação do Parque Natural da Serra d’Arga, serão criadas condições que possibilitem o desenvolvimento socioeconómico sustentável desta área, com benefícios para as comunidades locais e para a exploração do território do nível turístico, cultural, de educação e sensibilização ambiental.”

### “Criação de campanhas de sensibilização ambiental no Concelho

O cuidado do meio infelizmente é um problema global. A Gestão Sustentável do Ambiente é a única forma de conseguirmos garantir que as gerações atuais consigam satisfazer as suas necessidades, sem colocar em risco a satisfação das gerações futuras. E uma das suas soluções passaria pela Sensibilização Ambiental.”



## Assembleia Municipal de Caminha

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“Com a esta Sensibilização Ambiental, procuramos sobretudo atingir um número elevado de população disposta a uma mudança de atitudes, pois a sensibilização é um meio para que ocorra uma mudança de atitudes.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Estas ações tendem a causar nos cidadãos algumas alterações de comportamentos, em particular ao nível da responsabilidade civil, alguns exemplos disso passam pela limpeza dos espaços públicos, da recolha de resíduos, da reciclagem e da reutilização.”

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“As criações de campanhas de sensibilização ambiental no Concelho vão nos proporcionar: Um Concelho limpo; vamos poder proteger o meio ambiente; vamos poder promover o turismo, visto que, os turistas não gostam de visitar locais com muita poluição; vamos poder dar o exemplo às futuras gerações; para algumas pessoas poderia ser uma forma educacional e divertida de passar o seu tempo livre.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Podemos concluir que está na altura de algumas mudanças nas vidas dos cidadãos do nosso Concelho. E para tal, apelamos à Criação de Campanhas de Sensibilização Ambiental no nosso Concelho!

“Promover a reflorestação no Concelho, nomeadamente na Serra d’Arga.”

O reflorestamento tem grande importância no combate às mudanças climáticas. No alargamento dos recursos hídricos, na diminuição dos prejuízos com a agricultura relacionados com enchentes, no aumento do estoque sustentável de madeira legítima, diminuição de CO2 e na redução do efeito estufa.”



*[Handwritten signatures in blue and black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“Achamos que é fundamental procurarmos sobretudo proteger cada vez mais a floresta característica de Portugal. Pois esta, está cada vez mais, posta em perigo devido aos incêndios, e pelas espécies invasoras.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Com este projeto procuramos uma forma de protegermos e apelamos ao reflorestamento e ao incentivo do mesmo à população. Aproveitamos também este assunto para pedir proteção da floresta já existente.”

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“A reflorestação da Serra d’Arga trar-nos-ia muitas vantagens tais como: a proteção da floresta e o meio ambiente; ao reflorestar estamos a garantir que a floresta temperada caducifólia não se extingue; iríamos poder proteger o nosso Ecossistema; iríamos dar o exemplo às próximas gerações.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Teríamos com objetivo plantar árvores autóctones como por exemplo: pinheiro, carvalho, azinheira, sobreiro e o salgueiro. E como arbustos o alecrim, o medronheiro, o rosmaninho e a aroeira.”

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“Ao plantarmos estas árvores temos como vantagem de que nos incêndios estas vão demorar mais tempo para queimar, logo, os bombeiros vão poder controlar o incêndio mais facilmente.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Pensamos que está na hora de agir, pois daqui a uns anos poderá ser tarde de mais! Com esta reflorestação iríamos poder garantir a segurança e a preservação da Serra d’Arga.



## Assembleia Municipal de Caminha

### Reforçar os pontos de recolha seletiva dos resíduos

Os pontos de recolha seletiva dos resíduos são um problema no nosso Concelho. Pois como podemos confirmar nas freguesias e aldeias encontramos poucos destes pontos e os que há, encontram-se a grandes distâncias, o que vai desmotivar a população a fazer a sua separação.”

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“Com o reforço dos pontos de recolha seletivos, procuramos sobretudo que a população fique incentivada a fazer a separação dos resíduos e a colocá-los nos ecopontos correspondentes. Com este projeto procuramos também mostrar à população a importância da redução, reciclagem e valorização de resíduos, e assim, limitar efeitos no ambiente e saúde pública.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

“Este projeto iria ser muito importante, pois Portugal tem como meta a adequada gestão dos resíduos produzidos que pode ser confirmada, por exemplo, através da “meta de preparação para reutilização e reciclagem” definida na Diretiva Quadro “Resíduos”.

### Melhorar a oferta de transporte público e individual (bicicletas e/ou trotinetes partilhadas)

No nosso Concelho, há poucos transportes públicos, e os que há, os seus horários nem sempre são compatíveis com a vida das pessoas. Esta proposta é essencialmente destinada à população idosa. Visto que muita dessa população, deslocam-se através do autocarro escolar.”

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“Esta deslocação de pessoas no autocarro escolar, não é muito vantajosa, visto que, devido à situação pandémica que estamos a passar, isto pode colocar em risco a sua saúde e bem-estar. Sem contar que os horários são poucos



*[Handwritten signatures in black and blue ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

vantajosos, visto que estes são ou muito cedo ou muito tarde, o que vai causar transtorno no seu quotidiano.”

A, aluna **Joana Fernandes**, continuou a intervenção;

Com esta proposta poderíamos aproveitar, as paragens de autocarro, já existentes no nosso Concelho, que não estão a ser utilizadas, para lhe darmos outra vez uso. E com reuso destas paragens a população poderia escolher qual a paragem mais vantajosa para apanhar o autocarro.

A, aluna **Isabel Mendonça**, continuou a intervenção;

“Com a melhor oferta de transporte público e individual, vamos facilitar a deslocação da população mais idosa, para aos serviços essenciais, como por exemplo, o banco, as farmácias, supermercados, papelarias... Esta proposta também seria vantajosa para os jovens, quando estes se encontram de férias da escola.”

A, aluna **Sara Souto**, começou a sua intervenção, e disse;

“Intervenção na fauna e flora do Concelho de Caminha (reintrodução de espécies nativas)”

Sub tópicos da proposta:

Reintrodução dos herbívoros (lagomorfos, bóvidos e cervídeos);

Implementação do gorgulho *Melanterius Acaciae*;

Remoção de eucaliptos;

Apoio financeiro, técnico e educativo aos donos de terrenos florestais;

Plantação de espécies autóctones.

Na parte da fauna seria benéfico a reintrodução dos herbívoros (lagomorfos, bóvidos e cervídeos) nas florestas do Concelho de Caminha, estes iriam ajudar na limpeza das mesmas e também seriam um modo de prevenção contra os incêndios florestais. Além disso, os lagomorfos fazem parte da base



*[Handwritten signatures in blue and black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

da cadeia alimentar da nossa região, desse modo o número de pequenos predadores aumentaria.

A implementação do gorgulho *Melanterius Acaciae* está provado que dá um bom resultado em vários países onde as acácias são um problema ambiental. O gorgulho *Melanterius Acaciae* (inseto) consome as sementes destas acácias prevenindo a sua reprodução e dispersão. A implementação do gorgulho *Melanterius Acaciae* seria uma boa forma de nos prevenirmos contra esta espécie.

A remoção dos eucaliptos já está a ser feita em alguns terrenos públicos, mas isso ainda não está a acontecer com tanto zelo em terrenos privados, apesar de estes representarem uma boa porção dos terrenos do Concelho. Parte desta falta de zelo advém do insuficiente poder económico, e apoios técnico e educativo. Se houvessem todos estes apoios poderia existir uma grande melhoria nas florestas do nosso Concelho. Se ainda depois da remoção dos eucaliptos se introduzissem espécies nativas, estas trariam muitas vantagens, tais como a mitigação das alterações climáticas e também restabeleceria as funções ecológicas.”

A, aluna **Júlia Afonso**, começou a sua intervenção, e disse;

### “Criação de um Skatepark em Vila Praia de Âncora

A prática do skate urbano, além de ser uma boa forma de meio de deslocação das pessoas mais jovens nos seus percursos diários, de ser uma boa fonte de exercício pois melhora as capacidades coordenativas e condicionais do seu utilizador, é desde há muito tempo um desporto muito conceituado, sendo uma modalidade de forte carácter urbano que atrai bastantes jovens para a sua prática, afastando-os de outros vícios que a vida sedentária muitas das vezes proporciona. Este desporto é muito praticado pelos jovens em Vila Praia de Âncora, que não têm um sítio adequado e ajustado para a prática segura deste desporto, que como todos sabemos carece de uma infraestrutura própria, que obedece a determinados requisitos técnicos, caso se queira inclusive organizar



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten signature in black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

eventos de competição, como sucedem um pouco por todo o mundo, e que arrastam milhares de seguidores, e de marcas bastante conhecidas do público em geral.

A existência de novos espaços desportivos irá incentivar os jovens a saírem de casa, a fazerem exercício, a conviverem com os demais jovens da sua idade, e a evitarem ficar em casa agarrados às novas tecnologias que tanto promovem o sedentarismo entre os jovens.

### Contagem presencial do consumo de água e não por estimativa

As faturas da água têm apresentado um valor bastante alto, talvez pela ausência fiscalização mensal que poderia despistar erros de consumo, ou estimativas erradas. Uma contagem manual e certa da água traria uma melhor perceção do consumo real por parte dos munícipes, tal como uma campanha para o bom uso deste recurso hídrico essencial, apresentando a empresa responsável pelo seu fornecimento, propostas e ideias de redução do seu consumo, bem como do seu reaproveitamento.

Era igualmente importante analisar caso a caso a fatura de cada munícipe, e avaliar se este estará a usufruir de todas as infraestruturas e serviços que constam na sua faturação mensal, pois em grande parte dos casos, os munícipes pagam serviços aos quais nem sequer está a ter usufruto, por estes na prática não existirem na sua morada/residência/zona habitacional, sendo a fatura, e os serviços que constam para pagamento iguais para todos os munícipes, independentemente de os serviços existirem ou não naquela freguesia/rua/local.”

Por fim, o **Senhor Presidente de Mesa**, chama pelos alunos do Secundário de Caminha e Vila Praia de Âncora para irem ali defender as suas propostas, os quais intercalaram as suas intervenções.

A, aluna **Carolina Cunha**, começou a sua intervenção, e disse;



## Assembleia Municipal de Caminha

“Antes de mais, agradecemos a realização deste tipo de projetos, que visam dar voz à população (sobretudo mais jovem). Isto, uma vez que este tipo de oportunidades fomenta o espírito crítico dos cidadãos. É de extrema importância reconhecermos os problemas e encontrar as devidas soluções, dentro dos possíveis. Na nossa ótica, a principal prioridade é querer melhorar o nosso Concelho, afinal somos nós que vivemos e/ou trabalhamos aqui. Temos de inová-lo. Infelizmente, o nosso Concelho não oferece grandes oportunidades para os jovens, acabando estes por sair daqui, sem ter hipótese de concretizar os seus sonhos. Indubitavelmente, o nosso Concelho é constituído, maioritariamente, por população envelhecida e é necessário instruí-la, de modo a tornarem-se menos vulneráveis e a assumirem um papel mais relevante enquanto cidadãos. Ao fitarmos este desafio, pensámos em inúmeras questões e soluções, mas todas com um único objetivo em mente: cativar a população, de forma a trazer vida e cor a Caminha.”

A, aluna **Patricia Afonso**, começou a sua intervenção, e disse;

### Reconstrução da paragem de autocarros e criação no andar de cima um Café Concerto

O nosso Concelho detém bastantes infraestruturas em ruínas, entre elas a antiga paragem de autocarros, mais conhecida como a Marylin. Consideramos importante a reconstrução e requalificação do espaço, uma vez que se encontra num local estratégico do Concelho e não é agradável nem para os turistas. Assim, propõe-se a construção de um café Concerto no andar de cima da infraestrutura, tendo como principal objetivo oferecer as condições, meios e oportunidades aos talentos escondidos do nosso Concelho e eventualmente aqueles que se encontrem de passagem pelo mesmo. Relativamente ao andar de baixo do edifício, o propósito seria manter as funções para o qual foi construído.

Sabemos que há um elevado número de cafés distribuídos pelo Concelho, por isso, caso não seja possível a concretização da proposta inicial, pensámos na



## Assembleia Municipal de Caminha

realização de possíveis “parcerias” com bandas, artistas locais e novos talentos com esses estabelecimentos, de forma a dinamizar o Concelho e os próprios estabelecimentos.”

A, aluna **Carolina Cunha**, continuou a intervenção;

“Dinamização de workshops para jovens em áreas temáticas como política, economia, finanças, culinária

Consideramos que há uma vertente em que o sistema de ensino português apresenta falhas, nomeadamente a preparação para a vida prática dos estudantes. Muitos acabam a escolaridade obrigatória sem saber como cozinhar, o que implicam os impostos e o seu pagamento, costurar, quais as etapas que permitem comprar uma casa, entre outros. Por vezes, a vida profissional dos familiares dos alunos não lhes permite ter disponibilidade para abordar e educá-los em relação a esses temas. Devido ao carácter significativo destes aspetos na vida futura dos estudantes, achamos imprescindível incluir nas nossas medidas uma que facilitasse a adaptação dos alunos ao “mundo real”. De uma forma mais concreta, pensámos em unir o útil ao agradável, isto é, por que não reunir os esforços das “ETAP’S”, incluindo materiais e formações lecionadas por professores, assim como certos estudantes, de forma a cativar os mais novos e dar-lhes outra perspetiva do futuro, juntamente com as oportunidades das escolas? Assim, a nossa proposta é promover a implementação de workshops focados, maioritariamente, nos jovens, mas disponíveis a qualquer pessoa, independentemente da idade.”

A, aluna **Patricia Afonso**, continuou a intervenção;

Colocação de equipamentos específicos para a prática de skate nos Parques Municipais do Concelho

Caminha perdeu a possibilidade de ser a pioneira na construção de uma nova área recreativa, mas ainda pode ser a melhor. A comunidade de “skaters” continua a aumentar e a lamentar-se pela falta de uma nova infraestrutura.



## Assembleia Municipal de Caminha

Pensamos que um novo “skate parque” não só beneficiaria os praticantes do desporto como também toda comunidade envolvente: comerciantes, turismo, restauração, que depois de uma pandemia devastadora irá ajudar a erguer caminha novamente! O convívio e a interação entre as pessoas serão os fatores que levarão os cidadãos a desanuviar desta situação atípica. “

A, aluna **Carolina Cunha**, continuou a intervenção;

“Criação de projetos interativos com a população do Concelho para a limpeza das praias e margens dos rios para além da época balnear

Pensamos nesta proposta com o objetivo de criar projetos interativos com a população do Concelho para a limpeza das praias e margens dos rios para além da época balnear pois, além de integrar e sensibilizar a população em projetos para um fim comum, reduz custos ao município e com o objetivo de manter os espaços limpos. E uma vez que o Concelho de Caminha se integra num troço do Caminho de Santiago, é nosso dever proporcionar uma agradável paisagem aos milhares de peregrinos que todos os anos aqui passam. Temos direito e o dever de ter as nossas praias e rios dignos e cuidados!”

A, aluna **Patricia Afonso**, continuou a intervenção;

“Instruir a população idosa para a utilização das novas tecnologias

Como sabemos, Portugal apresenta um elevado número de população idosa (< 65anos) e o Concelho de Caminha não é exceção. Há uma parte considerável dos nossos idosos que vivem nas zonas mais interiores do Concelho, por um lado, pela falta de respostas ao nível da institucionalização para terceira idade, por outro lado porque não querem sair das suas casas, das suas zonas de conforto.

Com esta situação, colocam-se alguns problemas no apoio, na vigilância/acompanhamento e no cuidado a este grupo, mais vulnerável, da nossa população. Contudo, nem todos sabem utilizar um equipamento informático e usufruir, em segurança, das suas potencialidades.



Handwritten initials in blue ink, possibly 'A.P.' and 'E.'.

## Assembleia Municipal de Caminha

Uma das medidas para combater o isolamento e a solidão da nossa população mais envelhecida, poderia passar pelo uso da tecnologia. A estratégia poderia passar pela criação de grupos (incluindo, a título exemplificativo, alguns profissionais na área da informática da Câmara Municipal de Caminha), através das Juntas de Freguesia ou outras Associações existentes no território, que desenvolvessem competências essenciais, no uso das novas tecnologias, instruindo os idosos para usar plataformas como o Skype, estando mais próximos dos seus familiares e amigos.

Quanto maior for o acesso à informação, menor é a sensação de isolamento e abandono.

Por outro lado, surge, também, a hipótese de terem acesso a mais informação sobre procedimentos e instituições públicas, como a Segurança Social, por exemplo, bem como o conhecimento de candidaturas a fundos vindos da União Europeia como o FEAGA que financia os agricultores, adquirindo um segundo rendimento.”

A, aluna **Carolina Cunha**, continuou a intervenção;

“Em suma, queremos que este Concelho tenha muita dinamização turística, mas também que a população residente e/ou com os seus negócios locais seja feliz cá e que tenha grandes oportunidades. É fundamental abrir os horizontes. E, por fim, é querer que o Concelho de Caminha seja bem lembrado e habitado por gerações futuras.”

A, aluna **Maria Pereira**, começou a sua intervenção, e disse;

“Criação de um espaço multiusos (incluí ginásio ao ar livre)

Esta proposta visa criar um espaço multifacetado, no qual os cidadãos possam assistir a eventos culturais, nomeadamente num anfiteatro aberto, como promover a atividade desportiva saudável para todas as idades. Neste caso, a ideia é de criar não só um ginásio ao ar livre, mas também paredes de escalada, um Skatepark, pistas de atletismo, entre outras infraestruturas.”



## Assembleia Municipal de Caminha

A, aluna **Inês Ribeiro**, começou a sua intervenção, e disse;

“Revitalização da zona Industrial da Gelfa, com introdução de uma incubadora de empresas de apoio à fixação de pessoas no Concelho:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e vereadores e excelentíssimos senhores deputados municipais, comunicação social e público aqui presente e os que nos acompanha omine.

Parece-nos necessário revitalizar a zona industrial da Gelfa. Neste momento, temos a perceção que o nosso Concelho está muito dependente do setor do turismo e apesar do aumento de dormidas e do aparecimento de infraestruturas hoteleiras ainda é muito pouco para empregar a população mais jovem e mais qualificada académica e profissionalmente.

Para além de existirem algumas indústrias no nosso Concelho, estas são de baixo nível económico, como é o caso da indústria têxtil, e precisam de mão-de-obra intensiva. Por isso consideramos necessário dar vida à Zona Industrial da Gelfa, atraindo ou criando empresas de alto valor acrescentado (no setor da tecnologia e da saúde), aproveitando a posição estratégica do Concelho de Caminha pois está entre as duas cidades do distrito (Valença e Viana do Castelo) e no eixo Vigo-Porto que permitam oferecer salários para esta mão-de-obra qualificada.

Para dinamizar esta nova política de desenvolvimento económico do Concelho, deveriam estabelecer-se parcerias com Instituições de ensino superior e profissional, associações empresariais e industriais e outras identidades ligadas ao setor industrial e empresarial.

Através destas medidas de revitalização do Parque Industrial do Concelho, a Câmara Municipal estaria a traçar uma política agressiva de incentivos ao emprego jovem e a fixação destes no Concelho.

Esta medida tem como objetivo atrair população jovem qualificada, contribuindo para o aumento da população ativa e o incremento dos índices de natalidade



## Assembleia Municipal de Caminha

no Concelho de Caminha. É necessário também dar prioridade aos habitantes do nosso município no acesso ao emprego nestes empreendimentos, assegurando assim que estes não se tenham de deslocar para as Zonas Industriais de Vila Nova de Cerveira, Valença e Viana do Castelo e, ao mesmo tempo, atrair gentes de outros Concelhos.”

A, aluna **Maria Pereira**, continuou a intervenção;

“Seria importante apostar em centrais que possibilitassem a produção de bioenergia, com a reutilização de óleos já usados e filtrados. Também seria importante apostar na compostagem e construir uma pequena central de biomassa. Não podemos esquecer que estamos num Concelho rural que produz mensalmente grande quantidade de resíduos florestais. A cedência de terrenos baldios para os cidadãos que quisessem produzir os seus produtos hortícolas, bem como vendê-los igualmente em feiras semanais organizadas para o caso, seria uma boa iniciativa no sentido de promover o consumo de produtos biológicos livres de químicos, e potenciar as terras do Concelho de Caminha, que estão em grande parte dos casos ao abandono, podendo ser potenciadas para o bem comum na produção de bens alimentares.”

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs aos representantes de bancada que se pronunciassem sobre as propostas ali apresentadas pelos alunos.

O **Senhor Deputados Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social e, acima de tudo, caras e caros estudantes do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, e deu início à sua intervenção;



## Assembleia Municipal de Caminha

“Foi com grande satisfação que a bancada do Partido Social Democrata teve conhecimento deste projeto "Caminha 2030" que, entre outros objetivos, pretendeu educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política, e dar a conhecer a Assembleia Municipal, o significado do mandato municipal, as regras do debate parlamentar e o processo de decisão da Assembleia, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos caminhenses.

Foi com ainda maior satisfação que lemos as propostas que foram endereçadas a todos os elementos da Assembleia Municipal e assistimos às vossas intervenções no início desta sessão.

Em primeiro lugar, registamos que os jovens que participaram nesta iniciativa deram uma prova cabal de que estão à altura das suas responsabilidades e que têm ideias concretas e maduras sobre o desenvolvimento e o futuro do Concelho de Caminha.

Por outro lado, registamos também o papel da Direção do Agrupamento de Escolas ao desenvolver este projeto, sem condescendência ou paternalismos, proporcionando o contacto dos mais jovens com o processo político e cívico.

Nesta iniciativa, participaram dezenas de jovens, ainda que apenas alguns tenham sido contemplados com a oportunidade de os apresentar nesta Assembleia. Fizeram-no com frontalidade, sem deixar de apontar os problemas e os desafios que Caminha enfrenta no presente e para o futuro, numa atitude inconformada e reivindicativa, própria da juventude.

Os órgãos autárquicos têm que fazer da auscultação uma preocupação constante. Têm que apostar num diálogo que não se limite a ouvir propostas, mas seja capaz de acolher as sugestões apresentadas e reconhecer o seu mérito.

Foram muitas as propostas apresentadas nesta iniciativa: para a educação, para o emprego e empreendedorismo, para a inovação, para o ambiente, para a mobilidade e os transportes, para o apoio social, para a cultura e para o património, para o desporto e o associativismo.



## Assembleia Municipal de Caminha

Estes jovens não se limitaram a apontar necessidades próprias, mostrando também um elevado sentido de responsabilidade e solidariedade intergeracional, ao propor maior apoio aos idosos do Concelho, a criação de um banco de apoio social aos mais desfavorecidos, o desenvolvimento de programas de apoio à integração de comunidades estrangeiras ou a criação de abrigos para animais.

Apontaram várias medidas para a diversificação da nossa economia, como a criação de zonas industriais e de incubadoras de empresas e o apoio à fixação de pessoas no Concelho.

Sinalizaram ainda a necessidade cada vez maior de defesa do meio ambiente, seja através do reforço da capacidade de produção de energias renováveis, a reflorestação do Concelho, o reforço de pontos de recolha seletiva ou o desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, como a promoção da limpeza de matas, praias e rios ou a criação de pontos de recolhas para beatas e de carregamento de veículos elétricos.

As propostas foram tantas e tão pertinentes que este espaço será muito curto para as discutir em concreto. Somos de opinião que este projeto merecia a convocatória de uma Assembleia Municipal Extraordinária para um debate mais enriquecedor entre jovens e eleitos. Atendendo à impossibilidade de o concretizar neste momento, o Partido Social Democrata convidará os intervenientes neste projeto para uma reunião de discussão das ideias apresentadas, com o devido tempo e informalidade.

Períodos pré-eleitorais, como este que vivemos, são sempre momentos em que muitas pessoas acordam para a problemática da abstenção ou da falta de participação cívica, dos portugueses e dos mais jovens em particular. Ao contrário do que pensam, os jovens estão atentos e querem ter uma palavra a dizer sobre o seu futuro.

O que tem faltado a muitos dos decisores públicos é capacidade de os envolver, não apenas nas decisões que se tomam de 4 em 4 anos, mas sobretudo nas decisões que afetam o seu quotidiano. Por isso, a bancada do



## Assembleia Municipal de Caminha

Partido Social Democrata entende que é urgente a constituição definitiva do Conselho Municipal da Juventude para potenciar iniciativas e exercícios desta natureza, que são fundamentais para uma aproximação cada vez maior entre eleitos e eleitores, entre os jovens e os processos de decisão.

É necessário dar um novo impulso aos projetos de participação cívica no Concelho de Caminha. Por isso, entendemos que fará todo o sentido a criação de um Orçamento Participativo Escolar, delegando nos mais novos a decisão relativamente ao que fazer com uma parte do orçamento do Município, dando-lhes novos direitos e novas responsabilidades, confrontando-os com o processo de tomada de decisão e com a exequibilidade das suas propostas.

Temos que ter a lucidez de perceber que há uma nova realidade e que essa realidade passa por entregar capital político aos jovens, por dotar os jovens de ferramentas para que os mesmos possam resolver os seus próprios problemas, por mostrar que a política e o poder não podem ser vistos à distância. Que vocês, os jovens, também podem facilmente mudar o vosso mundo. Nem que comecem por mudar o horário do autocarro.

Muito obrigado e parabéns a todos os envolvidos!"

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

São de agradecimento as palavras que dirijo, em meu nome e do restante Executivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, ao Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, aos professores e alunos pela elaboração do "Projeto 2030" que hoje apresentaram nesta Assembleia.

De todos os pontos da ordem do projeto que os alunos apresentaram, escolhi o primeiro para ser a parte central desta minha intervenção, "Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política".



## Assembleia Municipal de Caminha

Há um sentimento generalizado não apenas hoje, mas em vários momentos histórico, que dissocia os jovens do interesse de participar em sociedade e dos temas de atualidade política, em especial os que são divulgados pelas piores razões pela comunicação social.

É importante fazer aumentar a participação juvenil e o interesse dos jovens pelo mundo que os rodeia. Os jovens deveriam ser mais ativos, intervenientes e preocupados com as questões políticas e sociais, seria bom para a sua autoconstrução, mas também para a evolução da nossa democracia, para assegurar um melhor futuro para eles e para o nosso País.

Deixo outro agradecimento, muito especial, aos seus professores, aos familiares e amigos que apoiam esta juventude e acreditam nas suas capacidades e nos seus sonhos, neste período muito importante das suas vidas.

Permitam-me, também, dar os parabéns a todos estes jovens que foram os responsáveis pela apresentação dos projetos das suas turmas, em particular aos de Vila Praia de Âncora.

Para terminar, deixo uma mensagem a todos os jovens do nosso Concelho: invistam na vossa educação, na aprendizagem e melhor qualificação, pois assim estarão apetrechados com as melhores ferramentas para obter sucesso na vida. Mas, acima de tudo, não se esqueçam de ser felizes, lembrem-se que a felicidade tem mais a ver com atitudes que com circunstâncias. Voem alto, mergulhem fundo, encontrem o vosso próprio caminho. Não tenham medo de tentar, de recomeçar e de insistir.

Um bem-haja para todos.

Muito obrigado.”

**O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele todos os presentes e todos os que assistem a partir de casa. Disse que os alunos são responsáveis por ele retirar a máscara, já que é a primeira vez que faz desde há coisa de um ano nesta



## Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia. E fá-lo porque os alunos merecem ouvir as palavras com bom som e merecem também que os eleitos se dediquem e se exponha por eles. Continuou dizendo que hoje sente um enorme orgulho. E sente um enorme orgulho porque ele também é professor. Sente um enorme orgulho porque não sendo professor de nenhum dos alunos que hoje ali estiveram, é professor deste Agrupamento. É professor de um Agrupamento de Escolas que passou um ano difícil, como as restantes escolas do País, mas passaram-no em muita proximidade com o sistema público municipal e de freguesia. Ressalva o trabalho que tem sido feito por todos, nomeadamente no domínio da autonomia e da flexibilidade curricular. Só nos últimos quinze dias, disse, envolveu Juntas de Freguesia e Município de Caminha. Recorda ali o Senhor Presidente de Junta de Gondar e Orbacém que acolheu alunos na visita ao Moinho Bouça Mé, o Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, o Senhor Presidente de Junta de Riba e Âncora e do Senhor Presidente de Junta de Âncora, na participação que tiveram na inauguração da exposição “Património e Sustentabilidade”, mostrando também esta grande vontade que tem em acolher e em participar com o sistema de ensino local. E lembrou também a Câmara Municipal de Caminha que ainda esta semana, por sua influência, por ação e pelo trabalho da própria Senhora Vereador da Educação e do Senhor Presidente, acolheu os alunos em visita ao CISA nas nossas Argas, Serra que ali foi referida pelos nossos alunos.

Disse que o projeto 2030, os faz refletir sobre a importância da juventude, sobre a importância da informação e sobre a importância deles mesmos, no exercício de representação nesta Assembleia. E esses são parte dos propósitos que os alunos inscrevem. Dirigindo-se aos alunos disse que “quando vocês dizem que estimular as capacidades de expressão, de argumentação na defesa das ideias” ele diria que têm nota máxima. Naquilo a que ali assistiram, deixa-os sem palavras e com alguma vergonha até de usarem algumas palavras, porque os alunos foram de uma eloquência, de uma capacidade de expressão, de uma objetividade em tudo aquilo que disseram,



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten signature in black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

que se eles (Deputados) com a mesma idade tivessem tido a mesma capacidade, provavelmente teriam construído um Município muito melhor do que aquele que hoje se tem. Fazem os eleitos o que podem, mas, a verdade é que não estavam tão bem preparados como os alunos hoje estão. Disse ainda que admirou a correção de linguagem e julga que todos ficaram honrados com isso. Mais disse que quando se refere a todos, não fala apenas dos eleitos municipais, dos Presidentes de Junta, do órgão Câmara Municipal ou Mesa da Assembleia Municipal, que ali estão, mas do testemunho para a comunidade. Esse rigor que os alunos usaram deve ecoar para o futuro para que todos possam aprender este exercício democrático partindo dos mais jovens. Dizer que aquilo que ali fizeram os alunos, particularmente num Município que tem vontade de colocar os jovens a participar mais, mas que não o tem podido fazer, referindo-se especificamente ao Conselho Municipal de Juventude, lembrando que tem sido grande o esforço para que ele possa começar a funcionar, mas, mesmo sem esse Conselho Municipal de Juventude em funcionamento, os alunos fizeram-no ali, revelando as preocupações que são centrais da juventude para garantir o futuro.

Continuou dizendo ainda que no domínio dos orçamentos participativos, a experiência que tem tido não é muito boa e leva-os muito para o domínio dos concursos, mas os alunos foram demasiados objetivos e rigorosos para se cingirem, nas suas intervenções, a um qualquer concurso. Mais disse que os jovens têm que ser integrados para se ouvir as suas ideias, debatê-las, não propriamente neste momento pré eleitoral, para que não haja confusões com os processo de eleições autárquicas e com aquilo que fazem em termos de representatividade neste período, mas, logo que os órgãos fiquem constituídos, lá para setembro ou outubro, depois das eleições, aí sim julga que haverá disponibilidades desta Assembleia e de todo o Município e das freguesias para acolher algumas destas propostas. Disse sobre as propostas apresentadas pelos alunos de todo o Concelho de Caminha, dos Vales do Âncora e do Coura e Minho, que as que ali apresentaram, sobretudo naquilo que tem a ver com a



## Assembleia Municipal de Caminha

requalificação das estradas, a atenção à mobilidade e acessibilidades, essas têm sido uma preocupação no exercício da representação que os eleitos municipais fazem nesta Assembleia. Não é possível muitas vezes resolver esses problemas porque não compete a este órgão, porque quem tem essa capacidade de execução, se tiver orçamento para isso, é a Câmara Municipal, porque é um órgão de execução e a Assembleia é um órgão deliberativo. Podem pressionar o Senhor Presidente da Câmara ou o executivo para que cumpra as suas funções, sobretudo aquelas que lhes são instituídas e aquelas que foram prometidas por sufrágio em tempo eleitoral, mas não podem ir além disso. Dizer que as vossas preocupações com a formação também ficaram ali presentes sobretudo com a formação artística especializada, em particular na música, mas quem sabe partir-se para outras expressões ao nível do ensino especializado artístico, não só da música, mas da dança e do teatro. E, dizer ainda relativamente à sensibilidade ambiental que ela tem encontrado ali paralelo com a intervenção da CDU. A CDU tem bons exemplos de exercício democrático na liderança, mas também no exercício democrático, na pressão que ali vão fazendo nesta Assembleia para que essa sensibilidade ambiental seja conseguida e consagrada no nosso Concelho. Dizer ainda que o problema da mobilidade é muito antigo e de difícil resolução, que pode conflitar muitas vezes com as questões ambientais. Não basta, muitas vezes, disponibilizar-se transporte público ou individual para que se resolvam todos os problemas, mas tem que se olhar os problemas com uma abrangência muito maior e ver quais são os pontos fortes e as limitações para se poder resolver esse problema.

Dizer por fim, que a vossa preocupação com o futuro, porque essa também é para a CDU uma questão central. Hoje aqueles que ali estão não são o suficientemente velhos mas sabem que não serão eternamente novos, mas todos sabem que no futuro querem ter gente cá, ter gente connosco, não propriamente no sentido de nos cuidar, numa visão paternalista e acolhedora, mas sobretudo gente que consiga continuar a viver neste território feliz e em paz, em garantia de poder suprir todas as suas necessidades. E isso vê-se



## Assembleia Municipal de Caminha

sobretudo pela disponibilidade de emprego. Foi possível medir nas vossas propostas essa preocupação. Parece estranho, tão jovens e já com essa preocupação, mas, julga que é esse o caminho. Preocupem-se, preparem-se e tudo que estiver ao nosso alcance tudo faremos, mas, a verdade é que o futuro é vosso, a vós pertence, por isso lutem por ele.

Obrigado.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

"Começo a minha intervenção com uma citação muito conhecida, mas sempre atual.

"Se deres um peixe a um homem faminto, vais alimentá-lo por um dia. Se o ensinares a pescar, vais alimentá-lo para toda a vida." Lao-Tsé.

Sobre este projeto, queria aproveitar a oportunidade, para sublinhar a importância desta prática pedagógica, e o trabalho por projeto num contexto abrangente na educação.

A Metodologia de Trabalho de Projeto na prática pedagógica é, em muitos dispositivos de educação e formação, o presente, mas também o futuro do sucesso dos alunos enquanto cidadãos, vai muito além de rankings e das médias, e são estas atividades que demonstram que a qualidade não é medida por resultados quantitativos, mas sim pelas práticas e nas transformações que a escola consegue em toda a comunidade educativa.

Na minha perspetiva, este projeto mostra claramente a rutura com a tradição, com as convicções profundas e interiorizadas sobre o ensino e a aprendizagem (o ensino direto, expositivo e fundamentalmente num só sentido), de uma forma mais filosófica, não há certos nem errados na educação, mas sim a construção



## Assembleia Municipal de Caminha

de aprendizagens formais, informais e não formais, por isso ainda temos um longo caminho a percorrer na educação e no nosso sistema educativo.

Este momento, deve ser também uma reflexão para todos os educadores, sejam eles professores, formadores, diretores ou membros da comunidade educativa, uma reflexão para o conceito de sociedades de aprendizagem através de projetos.

Destaco 3 fatores cruciais que me parecem estar implícitos neste projeto:

- educação participada e partilhada;
- educação cooperativa e em interação;
- educação integrada e integral.

É fabuloso ver esta AM com tantos jovens a participar, quero carinhosamente felicitar e agradecer aos diretores(as), coordenadores(as) professores(as), pais e a comunidade escolar pela sua participação e apoio neste projeto, mas principalmente aos alunos, vocês são o presente, mas serão os líderes da sociedade no futuro.

Relativamente às vossas propostas, com alunos de diferentes ciclos, devo dizer que fiquei surpreendido pela positiva, pensei, antes de abrir os documentos, que poderia haver propostas megalómanas, como um aeroporto, ou uma Disney Land, ou outras fantasias que às vezes aparecem em contextos eleitoralistas, mas ressalvo que os vossos anseios são sérios, com elevação, com respeito, enquadrados na atividade política do território e com os pés bem assentes na terra, são um exemplo para alguns políticos do nosso Concelho.. Os deputados desta AM da bancada do PS, ficam muito satisfeitos por algumas das propostas, não apenas as aprovadas como todas as que foram elencadas por cada turma, algumas delas estão em execução, e de certa forma, a bancada do PS contribuiu para a sua aprovação na AM, outras são fundamentais para a sua integração no debate político e nos programas eleitorais.

De uma forma geral as propostas e, através deste diagnóstico de propostas efetuadas, existe um alinhamento com a estratégia europeia, a Europa 2020 -



## Assembleia Municipal de Caminha

2030, entre elas a Inovação, a sustentabilidade, a economia verde e as condições e meios para a transição digital.

Este exercício de propostas, que vocês elaboraram, é um pequeno detalhe das opções e decisões de um executivo municipal, mas também é uma realidade no debate entre as diferentes bancadas e autarcas para a aprovação e tomada de decisão. Na elaboração deste projeto, vocês certamente sentiram a dificuldade em decidir num conjunto alargado de propostas, e tiveram que tomar decisões, para aprovar um pequeno número de propostas. Quando se toma decisões, nem sempre são do agrado de todos, mas existe uma priorização das opções e das propostas que vão ser depois planeadas, desenvolvidas, aplicadas e avaliadas.

Como é obvio, gostaríamos todos e todas, que todas as propostas fossem concretizadas, mas não é possível nem seria sério alimentar expetativas, pois mais vale fazer o que se consegue, do que prometer tudo e não fazer nada. Um bom exemplo é a gestão de uma casa e de uma família, os vossos pais gostariam de vos dar tudo e de ter muitas coisas, mas face a um orçamento é necessário fazer escolhas e por vezes temos que esperar para realizar alguns dos nossos desejos.

A bancada do PS enaltece este projeto, pois foi muito bem desenvolvido, e acredito que pessoas como vocês fazem toda a diferença na sociedade, muitos parabéns pelo trabalho que vocês desenvolveram.

Ficamos imensamente gratos pela vossa participação cívica e, deixamos aqui o nosso convite para uma efetiva participação na vida política e cívica do Concelho, num momento em que é criada uma imagem negativa da política e, existe uma dificuldade na participação dos jovens nas diferentes coletividades, são vocês o futuro do nosso Concelho, através da vossa participação cívica, das vossas ideias e da vossa energia, para uma sociedade mais participada e acima de tudo mais justa.

Muitos parabéns a todos e muito obrigado!"



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, caros alunos, caros professores, muito boa tarde e sejam bem-vindos a este encontro. E, disse que já foi aluno, já foi estudante, continua a aprender mesmo não sendo estudante, e tem um imenso respeito pelo papel da escola e por aquilo que a escola pode dar à comunidade. E, ao longo do tempo tudo aquilo que faz parte da aprendizagem, é aquilo que se põe e se dá á comunidade, e agradece o exercício que ali fizeram através das vossas mãos, das vossas palavras. Caros alunos e amigos, e como as propostas derivam de um debate mais profundo e de outras propostas que os vossos colegas fizeram, são de facto um conjunto de propostas muito interessantes para o conjunto do Concelho de Caminha, ou, para qualquer Concelho deste País porque são pertinentes. No entanto o Senhor Presidente, começa por agradecer o facto de ali estarem, e o facto de terem dado muito do vosso tempo para debaterem estas matérias, estes problemas e de tomarem este assunto da cidadania e das escolhas da nossa comunidade, como um assunto tão sério como uma disciplina de português, matemática ou história. É, de facto tão importante como qualquer uma dessa disciplinas, porque é um exercício de cidadania que nos faz pertencer à comunidade e ter a possibilidade de transformar essa comunidade, por isso, agradece todo o trabalho e a forma como hoje ali se apresentaram, e não deixa de agradecer ao Professor Luiz Quarteu e ao Professor Leal o facto de perceberem e de compreenderem e de estarem ao lados dos seus alunos para ali trazerem a este debate, que normalmente segue os debates do dia e do momento, e muitas vezes tem que decidir sobre determinados pontos e não fazem reflexões sobre outras matérias que interessam ao Concelho de Caminha, e mais, ás vezes perdem-se ali em pequenos debates e pequenas bravatas que não trazem em nada a resolução dos problemas das pessoas, apenas os acomodam com uma vitória da circunstancia, porque se conseguiu lançar um argumento mais forte e os faz



## Assembleia Municipal de Caminha

ganhar determinado tipo de discursão, e depois as matérias que dizem respeito à população e á qualidade de vida dos nossos concidadãos nem sempre passam por este debate, por isso agradece este trabalho e o trabalho do Agrupamento de Escolas, como o referiu o Professor Joaquim Celestino Ribeiro enquanto Deputado. Mas, o Agrupamento de Escolas na ligação que tem com toda a comunidade, com o associativismo, com as autarquias tem conseguido de facto levar a água ao seu moinho e fazer com que este conceito da cidadania não seja uma espécie de conceito de gaveta, numa estante, num determinado canto da nossa biblioteca de ação, mas, que seja algo que está sempre presente em cada momento em cada gesto que se faz, mesmo as vezes num gesto privado está também um conceito de cidadania e de civilização. Agradece por tudo que tem feito, por colocar a cidadania a servir a escola, mas, também a escola a servir a cidadania, e não é á toa que o Agrupamento de Escolas teve à pouco tempo a distinção de ser a melhor escola de todo o País, naquilo que tem a ver com Equidade, com o modo em que se olha para os alunos tenham eles condições favoráveis ou desfavoráveis na atenção que se lhe dá para poderem ter sucesso na aprendizagem e por isso possibilitar-lhes para lhes poder dar mais instrumentos para terem sucesso na vida. E., se enquanto Presidente de Câmara tivesse que escolher uma medalha de ouro para a nossa escola, não seria a das notas mais altas, não seria a da distinção de nenhuma disciplina, não seria a do melhor aluno de todo o País, seria exatamente a distinção que o Agrupamento de Escolas ganhou a da Equidade, a da escola mais equilibrada no tratamento entre todos os alunos, venham eles de que famílias e condições económicas vierem, e serve isto para dizer que tem ali algum problema de debater cada uma destas propostas, mas, como se está a tratar do funcionamento dos órgãos não é comum que o Presidente da Câmara estar a responder enquanto cidadãos, neste momento e neste período o que acontece e está previsto no Regimento desta Assembleia, é que a Assembleia é interpelada pelos cidadãos e por isso é a Assembleia que entende responder aos cidadãos que ali hoje estão, cidadãos menores não



## Assembleia Municipal de Caminha

na vossa dimensão intelectual, mas, na vossa idade. Agradece às lideranças dos grupos parlamentares de todos os partidos e ao Senhor Presidente da Assembleia que permitiram que como órgão executivo a Câmara Municipal pudesse dar algum tipo de resposta, e porquê, porque aquelas propostas que ali levaram a serem concretizáveis não cabe á Assembleia Municipal levá-las para o terreno, cabe a quem tem um pelouro executivo, á capacidade para escolher o que fazer com os recursos que o Município tem, e por isso entenderam poder dar esta resposta. Disse o Senhor Presidente que terá alguma dificuldade em dar resposta a todas as propostas, e existem propostas para as quais concorda e outras para as quais discorda, as que concorda e julga que tem capacidade para as fazer e algumas delas já se estão a concretizar, existem outras que concorda mas não tem a capacidade de se poder avançar, porque é preciso procedimentos e existem outras que vai ali explicar porque entende que não são prioridades, ou não fazem sentido naquilo que são as competências da Câmara Municipal. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que eles ali fizeram foi um exercício de cidadania, mas, é apenas parte do debate político democrático, e trata-se de uma parte importante que é fazer proposta para o Concelho, e nem sempre se encontra isso em todos os partidos políticos, nas Assembleia Municipais, no País ou até na Europa, muitas vezes não encontram propostas, encontram bravatas e tantas vezes insultos, e desse ponto de vista trouxeram ali aquilo que é essência política que é levar propostas muito concretas, mas, isso é apenas parte do debate democrático, em parte, passa ali o pleonasma, vocês já tiveram o debate em sala de aula para decidir quais seriam as propostas a levar ali, as escolhas, e de algum modo tiveram que deixar algumas de fora, não para executar no vosso caso, mas, tiveram que escolher algumas, ou seja, tiveram que fazer opções, o que não quer dizer que as outras opções não sejam válidas e que não concordassem com elas, mas, tiveram que escolher cinco, como tantas vezes o executivo de uma Câmara ou de um governo tem que escolher duas, cinco ou dez, aquelas que se consegue concretizar, mas,



*[Handwritten signature in blue ink]*  
*[Handwritten signature in black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

também é importante explicar o contraditório, explicar porque não acredita naquela proposta, ou eventualmente convencer que a proposta pode ser trocada por outra, porque ela não faz sentido no compito geral, ou não faz sentido comparado com outra proposta que outro colega ali fez. E, ainda existe outro momento do debate democrático, que assente o compromisso que vocês lançaram para a mesa e aquilo que o executivo camarário disse que iria cumprir porque concordava com aquelas escolhas, existe o escrutínio, acompanhar e fiscalizar se quem tem o dever de concretizar o que está decidido, se concretiza bem, mal ou não concretiza de todo, e depois vem a avaliação final, tendo vocês feito as propostas, tendo o recetor, aquele que executa decidido implementar algumas dessas propostas, havendo um pacto e um compromisso que é dado pela fiabilidade do voto democrático e da escolha, a avaliação que vocês fazem de 4 em 4 anos numas eleições se vale a pena continuar com aquelas pessoas que estão a executar os projetos, ou, se querem mudar para outras que possam executar melhor ou mais, por isso, não se esgota ali o debate democrático, mas, a qualidade e a substancia das propostas que ali levaram, e a qualidade do vosso discurso. E, por isso, salienta ali, pelo rigor na palavra, pelo cuidado de ir buscar argumentos para cada uma dessas propostas, pelo cuidado que tiveram a ler e pela lisura que tiveram em se dirigir para quem tem o poder de decidir.

Disse o Senhor Presidente que o Conselho Municipal de Juventude, é um órgão que é criado para possibilitar o debate entre as diversas instituições e camadas mais jovens de uma determinada comunidade. E, no Concelho de Caminha, viu-se ali esta matéria e foi levantado pelo Senhor Deputado do PSD, a questão da urgência do Conselho Municipal de Juventude, mas, existe um problema, é que as associações de estudantes que devem estar no Conselho Municipal de Juventude não estão legalizadas e não há uma associação juvenil inscrita no Registo Nacional de Associações Juvenis, e portanto, o Conselho Municipal de Juventude seria vazio, estariam eles os mais velhos a debater com ninguém. E, precisam por isso que a juventude, vocês e os vosso colegas



## Assembleia Municipal de Caminha

se mobilizem para serem parceiros neste debate porque senão esgota-se neste momento. E, termina o Senhor Presidente a fazer uma proposta ao professor Luiz Quarteu, ao professor Leal e a cada um dos alunos, se quiserem aceitar, como perceberam este momento deste trabalho que fizeram e que ali apresentaram não se pode esgotar ali, ou seja, vocês apresentaram as propostas e a generalidade dos deputados perceberam a qualidade das propostas e aplaudiram o vosso trabalho e esforço. Mas, sabe a pouco se saírem dali apenas com este ato de debate democrático, e aquilo que quer propor e apesar de se estar no final do ano letivo, de tentarem encontrar senhores professores no mês de julho um momento, para fazerem um encontro informal entre estes alunos e o executivo camarário de modo a que com o conhecimento que se tem das propostas ali realizadas, poder-se estabelecer um debate a que os leve a um compromisso. A Câmara é o órgão executivo e são aqueles que podem assumir compromisso de realização daquilo ali propõem, e aquilo que o Senhor Presidente está ali a propor é um debate informal, não precisa de ter público, em que se possa estabelecer aquilo que querem e aquilo que o executivo entende poder fazer e que podem aceitar que essa seja a vontade do executivo de modo a se poder ter um compromisso publico de realização com metas, com calendários para vosso escrutínio, julga que é fundamental para se conseguir ir mais longe naquilo que os vossos professores se propõe fazer no âmbito do debate democrático, e no final desta sessão da Assembleia Municipal irá o executivo entrar em contato com o professor Luiz Quarteu para tentar encontrar esse dia, uma forma de debate, não para se sair de lá com a decisão de fazerem tudo que ali foi proposto, mas, para se poder debater aquilo que não se conseguiu debater ali, lançando argumentos e transigindo, ou seja, fazendo um acordo entre todos aquilo que acham que é máximo denominador comum, estabelecendo nesse acordo um compromisso para o futuro que poderá ficar escrito e por isso poderá ser escrutinado ou fiscalizado por vocês para saber se as metas foram alcançadas e se o trabalho foi feito, esta é a proposta do Senhor Presidente para que



## Assembleia Municipal de Caminha

possam ir mais longe naquilo que é o debate democrático, agradecendo todo o trabalho e as propostas que ali apresentaram com estas ideias para o Concelho de Caminha.

Muito obrigada

### **Alínea b) Outras intervenções do público.**

Não houve outras intervenções do público.

## **2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **a) – Informações da Mesa**

### **b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia**

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

“Há sensivelmente 4 anos fui desafiado e convidado a integrar a lista do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Caminha. Quem me conhece, sabe que nunca tinha tido, até então, presença política, quer em órgãos municipais, em partidos ou outros.



## Assembleia Municipal de Caminha

Contudo, sempre tive um espírito crítico apurado e sempre fui um apaixonado pela nossa terra, pelas nossas gentes, pela nossa cultura, pela forma como aqui vivemos o nosso dia-a-dia.

Estive reticente em aceitar o convite porque não sou um político, pelo menos naquela aceção a que estamos habituados. Não sabia muito bem o que me esperava, mas aceitei o desafio em prol do Concelho de Caminha.

Acreditei no projeto que me foi apresentado, acreditei nas pessoas que se propunham a fazer mais e melhor pela nossa terra.

Algo que também me motivou a aceitar o convite, foi o facto de sentir que o Concelho de Caminha com a gestão do PSD, entre 2001-2013, estava parado, resignado, sem brilho, sem fulgor, sem iniciativa.

Sentia que vivia num Concelho oprimido e castrado e... estava na altura de fazer alguma coisa para mudar definitivamente esse estado de coisas e ajudar a pôr fim a um período que considero negro para o nosso Concelho.

Entendo que as pessoas têm o direito de, sem nada terem a ver com a política, serem bem representadas e verem a sua terra bem gerida.

E, permitam-me que vos diga, passados estes 4 anos, sinto que fiz a escolha certa, no momento certo, com as pessoas certas.

Passados 4 anos considero que a atuação deste executivo está de parabéns.

Não é um frete político, é genuíno o agrado com que vejo o Concelho de Caminha renascido e a evoluir a olhos vistos.

Temos obra feita e em execução por todo o lado, temos Caminha falada em todo o país e tomada como referência a vários níveis por outros Concelhos.

Em época eleitoral, estamos habituados a ver promessas, propostas e novos projetos e não raras vezes afirmamos, com razão, que os políticos prometem, prometem, mas não fazem nada.

Pois bem, é com orgulho que hoje aqui vos digo que ainda há políticos que honram a sua palavra, que honram a confiança que a população lhes depositou e os seus compromissos.



*[Handwritten signature]*

## Assembleia Municipal de Caminha

No programa eleitoral do Partido Socialista podíamos ver alguns pontos fundamentais daquilo que era a opção estratégica para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Este executivo propôs-se a recuperar toda a zona norte de Vila Praia de Âncora (Sandia e Vista Alegre) e fê-lo. Esta zona está totalmente reabilitada, funcional e otimizada por forma a valorizar o espaço público e o Concelho.

Este executivo propôs-se a recuperar o centro histórico de Caminha e a Marginal e fê-lo de forma exímia, o centro histórico de Caminha é um caso de sucesso total e o efeito da obra realizada é fantástico, com ruas como a Rua de São João ou a Rua Direita novas, funcionais e perfeitamente enquadradas no contexto histórico. Está ainda a decorrer a requalificação da marginal, já em fase avançada de execução.

Afirmou-se que iríamos ter uma aposta forte na educação e como vemos temos atualmente duas grandes empreitadas a decorrer, uma em Caminha, outra em Vila Praia de Âncora, duas novas escolas, totalmente voltadas para o futuro e para uma aprendizagem concertada.

Comprometeu-se o Partido Socialista a por fim à famigerada PPP das piscinas de Vila Praia de Âncora, sendo que aqui o problema criado pelo anterior executivo foi de tal ordem que a sua solução ainda não foi possível alcançar. Pedia-lhe desde já, Sr. Presidente, que no próximo mandato continue a empenhar-se por corrigir este erro histórico e ruinoso.

Ora, de 3 grandes linhas ou propostas de atuação deste executivo, 2 estão totalmente cumpridas e esta terceira acreditamos que será cumprida em breve. Contudo, este executivo fez muito para além daquilo a que se propôs.

Senão vejamos e relembremos:

1. Construção do Novo Mercado de Caminha;
2. Instalação da rede de saneamento em Ancora, Argela, em Vilar de Mouros, em Venade, em Azevedo;
3. Requalificação da Marginal de Caminha;
4. Requalificação da Rua de São João;



## Assembleia Municipal de Caminha

5. Construção da Ecovia de Pedras Ruivas Seixas e praia fluvial;
6. Construção da Ecovia Moledo/Cristelo;
7. A Incubadora Verde em Argela;
8. Construção do aterro da Marina de Seixas;
9. Requalificação da Conservatória do Registo Civil de Caminha;
10. A travessa do teatro em VPA, problema que existia há anos e foi resolvido por este executivo;
11. A repavimentação da Rua 31 de janeiro em Vila Praia de Âncora.

Em causa está um investimento público ímpar que valoriza o Concelho de Caminha em toda a linha e que nos beneficia a todos.

As pessoas falam de Caminha, as pessoas gostam de Caminha, as pessoas querem comprar casa em Caminha...mas mais importante, as pessoas sentem-se bem em Caminha, identificam-se com o Concelho de Caminha e querem vir viver para Caminha.

Isto não acontece por acaso, acontece porque há uma equipa com qualidade à frente dos destinos de Caminha, liderada por Miguel Alves.

Se podia haver outra equipa, podia, mas não era a mesma coisa (como diz o outro) e o estado de subdesenvolvimento em que Caminha se encontrava há 8 anos atestam bem o que vos digo.

Permitam-me que, em nome da bancada do Partido Socialista e enquanto munícipe me congratule e saúde este executivo pelo excelente trabalho que tem vindo a fazer, quer no investimento e qualificação do espaço público, quer na cultura, na educação e ação social, quer no ambiente e preservação do nosso património.

Disse.”

O **Senhor Deputado Luciano Santos**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres



## Assembleia Municipal de Caminha

Municípios que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

Com sentido crítico, com responsabilidade e no uso das minhas funções que exerço nesta sessão da Assembleia Municipal, trago os seguintes assuntos:

### Iluminação Pública

Sendo a iluminação pública essencial à qualidade de vida e atuando como instrumento de cidadania, permitindo aos habitantes desfrutar, plenamente, do espaço público no período noturno,

queremos aqui e agora, em sede própria, manifestar o nosso desagrado pela forma como o Município de Caminha tem tratado este tema.

Senhor Presidente, é vergonhosa a atuação da Câmara Municipal quanto à iluminação pública nas nossas aldeias. É lamentável vermos pontos de luz apagados há meses, sim há meses. É vergonhoso vermos ruas inteiras às escuras por falta de manutenção, por quem de direito.

Sendo esta matéria da competência do Município, não vimos aqui questionar o que tem sido feito nesta valência, não nos interessa saber quantos ofícios, quantos e-mails ou quantas reuniões foram realizadas com a EDP ou outra empresa com responsabilidades nesta matéria. O resultado está à vista.

Felizmente, temos os Senhores Presidentes de Junta que, dotados de uma sensibilidade única, de uma humildade simples, sem recurso a meios de comunicação social para se vangloriarem dos seus feitos que, num gesto de verdadeiros autarcas de proximidade, junto dos seus eleitores, procuram resolver um problema que não lhes compete, dando a cara, ouvindo e enfrentando situações que outros não quiseram ou não souberam resolver. Aqui fica, para eles, o nosso muito obrigado.

Sugerimos, Senhor Presidente, que de futuro, situações como esta sejam denunciadas publicamente, através dos meios de comunicação social, conforme fomos e estamos habituados aquando de investimentos, obras ou atividades, com visibilidade mediática, a decorrer ou decorridas no nosso Concelho.



## Assembleia Municipal de Caminha

### Edifício dos Paços do Concelho

Lamentamos o estado vergonhoso e de degradação a que este edifício chegou. Felizmente, neste momento, vislumbram-se obras de requalificação.

Senhor, Presidente, perguntamos:

Que obras serão realizadas? Estas obras contemplam a substituição do telhado e estrutura do mesmo? A substituição do teto e piso, na sua totalidade ou parcialmente? Qual a data prevista para conclusão da obra?

E quanto ao acesso para pessoas com mobilidade, quer reduzida, quer definitiva, será tida em conta? Esta valência será uma realidade no final da execução destes trabalhos ou ouviremos a velha frase “isso ficará para uma próxima/seguite fase”?

Disse.”

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, deu início à sua intervenção;

“Inicio esta minha intervenção com um dos assuntos que mais tem sido alvo de reclamações por parte de muitos Ancorenses, falo novamente das limpezas urbanas, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção dos espaços verdes e limpeza da praia. Estas áreas são fundamentais para uma Freguesia que vive essencialmente do turismo como é Vila Praia de Âncora. Não podemos ter as nossas vias sujas e cheias de ervas. Não podemos ter os nossos espaços verdes com manutenções muito prolongadas ou feitas em véspera de Assembleias Municipais, dando um aspeto de desleixo a erva com demasiada altura nos períodos em que não é cortada.

Não podemos ter o cheiro nauseabundo e a gordura espalhada no pavimento junto aos contentores do lixo.

O areal da nossa praia deve ser limpo várias vezes ao ano para uma melhor qualidade da areia na época balnear. As limpezas das bermas e do separador das faixas de rodagem da Estrada Nacional 13, no espaço entre rotundas devem ser mais regulares para não chegarem ao ponto que se encontravam no



## Assembleia Municipal de Caminha

início desta semana. Passo agora para duas situações que, também, têm sido alvo de muitas reclamações. A primeira é sobre o estado em que se encontra o pavimento da Rua 5 de Outubro no cruzamento com a Rua Luís de Camões, uma zona que foi intervencionada recentemente para colocação de infraestruturas de drenagem de águas pluviais, no âmbito da requalificação da zona da Sandia e Vista Alegre. Num dia de forte intempérie, no inverno passado, o coletor entrou em subcarga, originado o rebentamento do piso, faltando ainda fazer a prospeção ao coletor na zona do referido rebentamento e o posterior arranjo da área do pavimento afetado. Esta situação poderá ser um perigo, no próximo inverno, para os automobilistas que circulem nessa artéria, principalmente durante a noite.

A segunda é sobre a obra de requalificação da 28 fase do nó da Erva Verde, com intervenção no cruzamento com a Rua Miguel Bombarda, feita há uns anos. Pouco tempo passou da obra concluída e começaram os problemas de roturas de avarias de água de canos particulares provenientes de uma mina centenária, e não foi por falta de aviso que esses tubos deveriam ser substituídos, não só por serem antigos mas também por estarem sujeitos a todos os problemas causados pelas máquinas pesadas e outros fatores que pudessem originar qualquer enfraquecimento nas estruturas dos mesmos, o que acabou por acontecer. Hoje podemos ver grandes cedências no piso, provocadas pela rotura das tubagens de água, estando a água, já há muito tempo, cortada e os proprietários privados de usufruir deste bem tão importante, obrigando-os a gastar água da rede pública a preços exorbitantes. Mais uma situação que já foi reportada pela Junta de Freguesia, várias vezes, à Câmara Municipal e até hoje ainda não nos foi comunicada qualquer informação sobre este assunto. Os particulares que usavam a água desta mina estão, constantemente, a recorrer à Junta de Freguesia com a finalidade de os ajudarmos a resolver este problema, para que possam ter a água a correr nas suas torneiras e não estar a ser desperdiçada para o coletor das águas



## Assembleia Municipal de Caminha

pluviais, como está a acontecer com o depósito subterrâneo da mina que está a transbordar.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, é meu dever, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, ajudar estes Ancorenses que estão a ser altamente lesados no seu dia-a-dia, por um erro nos trabalhos da obra, e que agora não podem usufruir da própria água que lhes foi deixada pelos seus antepassados. Outro assunto que trago, novamente, para esta Assembleia Municipal, tem a ver com o estado de degradação avançada da ponte da Cruz Velha. Ainda esta semana fui chamado ao local para ver mais um pedaço de betão que caiu da parte de cima da ponte, situação causada pela vibração que a estrutura sofre na passagem de viaturas pesadas.

Chamo, mais uma vez, a atenção do Executivo da Câmara para este assunto que é muito preocupante e que pode causar sérios acidentes, tanto a veículos como aos seus ocupantes e a muitas pessoas que por lá passam a pé. A estrutura da ponte está a ficar de tal maneira degradada que, qualquer dia, até o próprio ferro da armação da estrutura vai começar a cair. Para terminar, gostaria de falar sobre a beneficiação do piso da Rua 31 de Janeiro, uma repavimentação solicitada por várias vezes pela Junta de Freguesia devido ao estado de desgaste que esse piso apresentava. Em primeiro lugar, quero agradecer à Câmara Municipal por reconhecer que a Junta de Freguesia tinha razão e que está sempre atenta aos problemas inerentes à sua Freguesia, lutando pela melhoria de vida de todos os seus Ancorenses.

Em segundo lugar, felicito a Câmara Municipal pelo novo tapete betuminoso que foi colocado, só lamento não ter sido efetuada há anos, teria evitado muitas dores de cabeça a muitos automobilistas. Em terceiro lugar, lamento que a Junta de Freguesia, mais uma vez, não tenha sido informada sobre a realização destes trabalhos na sua Freguesia, poderíamos ter contribuído para uma melhor solução de alguns problemas. Falo do alargamento dos passeios e da criação de uma zona de estacionamento.



## Assembleia Municipal de Caminha

Falo de uma alteração da postura de trânsito que dê continuidade ao sentido único proveniente da Rua 5 de Outubro até ao Centro Coordenador de Transportes. Falo da alteração das passadeiras de peões, que poderiam ser sobrelevadas facilitando a passagem das pessoas com problemas de mobilidade reduzida e que serviriam também de elemento de persuasão para redução de velocidade.

Falo da colocação de lombas de redução de velocidade, estando agora o piso propício para passarem com maior velocidade nesse troço de rua. Falo do problema que foi criado agora com a pintura de marcação do piso, que poderia ter sido evitado se fossem tomadas em consideração as medidas que acabei de referir. Com a pintura de marcação da faixa de rodagem e das bermas da estrada, e não existindo uma zona de estacionamento no troço da rua entre a Travessa 31 de Janeiro e o Centro Coordenador de Transportes, a proibição de estacionar passou agora a ser um alvo dos agentes de autoridade, criando um problema a muitos moradores e também aos comerciantes daquela zona. Quando começaram a chover telefonemas sobre esta situação por parte dos referidos moradores e comerciantes, desloquei-me ao Posto da GNR para pedir as informações necessárias a fim de poder compreender melhor o problema causado pela marcação do piso. Fui esclarecido que sempre evitaram multar os condutores estacionados por não estarem devidamente definidas as faixas de rodagem, mas que agora o estacionamento naquele local vai ser motivo de cumprimento das leis do código da estrada o que equivale a serem todos multados por estacionarem na faixa de rodagem. Não posso, também, deixar de alertar que nos próximos meses os famosos ciclistas da GNR vão entrar em ação, sendo aquele local propício para a caça à multa e que, por muito caricato que seja, uma parte dessas multas revertem a favor da Câmara Municipal. Pergunto ao Senhor Vereador do Pelouro do Trânsito se tem contemplado um local de estacionamento nas proximidades para compensar os lugares que agora estão marcados como zona proibida de



## Assembleia Municipal de Caminha

estacionamento e que eram muito importantes para os moradores e para os nossos comerciantes.

Muito Obrigado.”

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Antonio Brás,** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, deu início à sua intervenção;

“Reportando-me ao assunto que me trouxe aqui, quero deixar claro o descontentamento da minha freguesia face aos acontecimentos decorrentes da Lei Urbanística, que ultrapassa a lei mais clara e objetiva de todas, que é, entre aspas, ou devia de ser, a lei do bom censo.

Ora bem, quando desvirtuado o bom censo, ou não aplicado, agindo unicamente com recurso à redação da própria lei, acabam por surgir erros grosseiros, que mesmo, estando ao abrigo da lei lesam gravemente o erário público em geral, penalizando as comunidades

locais. E arrastando neste caso a Junta de Freguesia para processo judiciais penoso, sem recurso a apoio judiciário obrigando a autarquia a consumir verbas que deveriam ser aplicadas em mais valias para as populações.

Sendo eu, um autarca que tem procurado zelar pelo património público, sendo eu, um contribuinte cumpridor das obrigações tributárias, não posso aceitar, que se verifique no presente, atropelos à preservação da propriedade pública, que derivam da emissão de licenças para operações urbanísticas particulares, que ocupam terrenos da Junta, sem autorização da freguesia, sem que a Junta tenha vendido ou alugado, completamente à revelia do próprio dono, remetendo este, para processos judiciais penosos, consumidores das verbas que deveriam ser utilizadas para dar melhores condições de vida aos cidadãos. Sendo um cumpridor, sou natural e objetivamente um crítico da lei, não da lei enquanto regulamento disciplinador, porque essa tem de existir, mas de toda e



## Assembleia Municipal de Caminha

qualquer lei que se pauta pela ambiguidade ou falta de rigor e não preserva os valores e direito de propriedade.

Sou crítico da lei que se fundamenta em incertezas e provoca atropelos à verdade.

Diria mais, se lei incluísse a Junta, enquanto Autarquia de proximidade e concedora do terreno, em sede de deliberação e licenciamento urbanístico com parecer vinculativo, seriam obviamente evitados muitos dos tais atropelos. Tal resultaria na manutenção da ordem e dos bons costumes, não daria azo, a apropriações indevidas, evitando transtornos para todos quando intervenientes, evitava quezílias e pouparia verbas aos contribuintes.

Neste momento verificamos na Rua das Águas Férreas duas ocupações sobre terrenos da Junta, outras duas em terrenos do Forte do Cão, e uma outra em terrenos de Mós, para além das atrocidades conhecidas no Loteamento de Laboradas, para além de outros licenciamentos urbanísticos que estrangulam vias estruturantes da Freguesia como a Rua do Paço, ou, ainda outros, que eliminaram caminhos rurais que ligavam à Rua do Calçadão.

Tudo isto são situações, sobre as quais, a Junta não teve oportunidade de se pronunciar, acrescidas pela forma superficial como hoje em dia se faz prova de propriedade e se submete para licenciamento.

Senhor Presidente da Câmara com a sua chegada ao Executivo Municipal em 2013, este cenário teve um ponto de estagnação porque V. Exa passou a informar a Junta relativamente aos licenciamentos, até que chegou a nova Lei 58/2019, de 08 de Agosto habitualmente conhecida por Lei de Proteção de Dados, que veio gerar motivo para deixar de informar a Junta e instalar o caos no que á matéria em apreço diz respeito.

Por outro lado, o Regime Jurídico das Autarquias locais, prevê atribuições da Junta na sua alínea j) relativamente ao Ordenamento Urbano e Rural, sujeita à aplicação do teor do n.º 1 do Artigo 7.º, que diz e passo a citar «Constituem atribuições da Freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o Município.



## Assembleia Municipal de Caminha

Um procedimento por V. Exa instituído, que padece agora, da ambiguidade da nova Lei 58/2019.

Aliás, a Junta quando pede informações sobre operações urbanísticas, não precisa do nome, nem da identificação do requerente, mas sim e tão só, do local e do tipo de operação, que deve fazer-se acompanhar da planta de arranjos exteriores. Julgo que este procedimento não adulteraria em nada a invocada Lei da Proteção de Dados e pode certamente evitar danos como os que aqui fiz referência.

Senhor Presidente da Câmara em 2013, pedi-lhe que informasse a Junta sobre as operações urbanísticas na freguesia de Âncora, peço-lhe agora; que interceda ao mais alto nível junto da tutela, para que a lei seja alterada e ponha fim a este estado de coisas, arbitrário, que abre precedentes incontrolláveis e causa danos irreparáveis ao erário público.

Relativamente à intervenção dos jovens, gostaria ainda de saudar os alunos do Agrupamento Sidónio Pais pela pertinência de assuntos que nos trouxeram aqui. Sobretudo aos alunos do Pólo do Vale do Âncora que fizeram referência a lacunas importância acrescida para o equilíbrio económico e sustentável da nossa terra e das nossas gentes.

Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção;

“Permitam Vs. Exas. que inicie esta intervenção esclarecendo os munícipes do concelho de Caminha, particularmente os que interpelaram a CDU após a última sessão da Assembleia Municipal de Caminha.

Em primeiro lugar, dizer que o lugar de vítima já está ocupado no município e de forma alguma o Sr. Presidente da Junta de Riba de Âncora intimidou o eleito da CDU. É já sobejamente sabido que o sr. Presidente de Junta e Riba Âncora tem sempre uma forma de intervir com intensidade desmedida, particularmente se sair em defesa do sr. Presidente da Câmara, ou se de alguma forma está



## Assembleia Municipal de Caminha

desconfortável com as suas próprias decisões. Esta última foi a razão do seu destempero, mas, seguramente, sem qualquer ensaio de agressividade para além das palavras. Dito isto, passemos ao esclarecimento devido. A CDU nada tem a opor às respostas sociais, antes pelo contrário. Aliás, é preciso desconhecer fortemente a intervenção da CDU para arriscar tal ideia. A verdade, contudo, é que a CDU defende a transparência de todos os processos. E a verdade é que o regime de comodato da extinta escola de 1º Ciclo de Riba de Âncora chegou a esta Assembleia com carácter de urgência, e com proposta para um período de 50 anos, sem projeto e sem fontes de financiamento.

A CDU defendeu que o pedido de ajuda do Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora, feito previamente à Câmara Municipal, era extenso e carecia de uma análise mais aprofundada, sendo que o comodato era apenas uma das alternativas. Recordamos que o Centro Paroquial pediu, por missiva endereçada à Câmara Municipal, apoio para, e cito, "... possível projeto de alteração do edifício, mas também em recursos humanos... ajuda financeira para aguentarmos as funcionárias em exercício... precisamos de mais uma carrinha, ... o edifício ainda não está legalizado... A legalização depende de várias entidades mas particularmente da Câmara".

Na verdade, quando o pedido chega à Assembleia, não havia parecer da rede social, não havia registo de qualquer contacto prévio com a Segurança Social, não havia sido apresentada qualquer razão justificativa para os 50 anos de comodato, nem tão pouco se apresentou qualquer plano que provasse a capacidade de execução de tão avultado empreendimento, particularmente vindo de uma instituição que acabava de solicitar ajuda à Câmara Municipal. A CDU apenas pediu tempo para melhor ajuizar e até, quem sabe, encontrar outras soluções que salvaguardassem todos os interesses da freguesia e do município. Mas o sr. Presidente da Câmara mostrou-se detentor, na altura, de informação desconhecida da assembleia que aprovaria de imediato o comodato sem sentir necessidade de aprofundar esta matéria, o que aliás é a



## Assembleia Municipal de Caminha

marca deste mandato e para a qual a CDU não se cansa de alertar. Assim tem sido em tantas matérias, e esta foi só mais uma. Basta ler a ata de fevereiro de 2016 para perceber que afinal havia um debate, e cito o sr. Presidente da Câmara, "... tem havido um debate profícuo com o Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Riba de Âncora,... esse debate tem sido mantido com o pároco da freguesia e com o professor Flamiano Martins, enquanto responsável da instituição e também acompanhado pelo sr. Presidente da Junta de Riba de Âncora". Ora esta questão dos nomes envolvidos desde 2016, é relevante porque, volvidos 5 anos, a única ação em concreto foram estas conversas a quatro e a garantia de que os Baldios de Riba de Âncora sejam, afinal, o suporte financeiro deste projeto, situação que sempre mereceu a maior apreensão da CDU. Mais ainda porque atualmente, o responsável da instituição citado preside à Mesa da Assembleia de compartes e o presidente da Junta de Riba de Âncora preside à Comissão de Baldios. E isto aconteceu por vontade dos próprios. A verdade é que há freguesias onde a Junta de Freguesia gere o Baldio por não se constituir uma comissão de baldios. Mas aqui a situação é distinta. Foi o próprio presidente da Junta e o representante do Centro Paroquial, que se candidataram, o primeiro à presidência da Comissão de Baldios e o segundo à assembleia de compartes. Por isso nunca é demais recordar que estes não os nomes que andaram em conversas com o sr. Presidente da Câmara para propor o Comodato, os que solicitaram e participaram na doação de mais de 400 mil euros dos baldios ao centro Paroquial e que agora estão na liderança do Centro Paroquial e dos Baldios. Por isso a questão levantada pela CDU à Câmara Municipal fazia todo o sentido.

Na verdade, esta é uma situação delicada e que não ajuda a encontrar soluções. Antes pelo contrário. Se o Centro voltar a solicitar nova doação aos Baldios, ficam estes representantes, por quem pessoalmente e institucionalmente tenho a maior consideração, mas ficam, dizia, numa situação



## Assembleia Municipal de Caminha

frágil, porque como diz o povo, à mulher se César, não basta sê-lo, é preciso parecê-lo.

Por isso para que fique claro, a CDU não é contra respostas sociais.

A CDU defende ainda mais a responsabilização do Estado nesta e noutras matérias, como é sabido de todos.

A CDU defende os Baldios, que realmente pertencem a toda a população, independentemente dos seus credos.

A CDU defende todos os trabalhadores, os do Centro e os dos Baldios, por isso mesmo pediu tempo para se pensar. Quem em 2016 exigiu pressa foram os que participaram na conferência a quatro.

Aliás, recorda-se que em 2016 o sr. Presidente da Câmara, após a intervenção da CDU, disse que 20 anos, e volto a citar, não chegavam para "ir buscar o retorno do investimento que o Centro Paroquial e Social sempre terá que fazer". Ora o que acontece é que o investimento é, para já, em valor superior a 400 mil euros feito por doação dos baldios, num processo que é sempre mais emotivo que racional.

Claro que a CDU sabe do custo político eleitoral que esta análise lhe traz, mas não será por isso que deixa de a fazer. Aliás, Riba de Âncora é um exemplo sui generis de vida democrática, vindo a perder paulatinamente a pluralidade nos órgãos de freguesia. E quando assim é, a democracia empobrece e o povo acaba por perder.

Creemos que desta forma ficam esclarecidos os munícipes sobre o que se passou efetivamente nesta assembleia.

Mas para encerrar esta questão dos comodatos, e porque na última sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal não respondeu sobre o comodato celebrado em torno da casa Ventura Terra, gostaríamos que desta vez o fizesse.

Sr. Presidente, gostaríamos de trazer um outro desafio ao executivo, que não sendo novo carece de urgência e excecionalidade. A situação de COVID levou ao aligeirar das regras de ocupação da via pública, particularmente em locais



## Assembleia Municipal de Caminha

de maior procura turística, como é o caso da Avenida Dr. Ramos Pereira. Há já alguns anos que a circulação pedonal é afetada de sobremaneira, levando até o Sr. Presidente a defender nesta Assembleia que as pessoas devem circular no passeio poente, limitando dessa forma a sua liberdade de opção. Mas a situação agora está ainda pior. A questão é o que fazer num cenário onde queremos que as pessoas circulem, que o façam em segurança e com o distanciamento suficiente. É certo que a ciclovia partilhada no passeio foi uma má decisão do passado, embora necessária para quem gosta de bicicletas, skates e trotinetas. Não é menos verdade que algumas pessoas circulam a velocidades exageradas, salvaguardadas pela existência dessa ciclovia. Ora o carácter excecional da situação pode ser o princípio da correção deste problema. Não seria de interromper a ciclovia pelo menos na zona da Avenida Dr. Ramos Pereira? Com toda a certeza já repararam que uma simples família de quatro pessoas não pode passear lado a lado no passeio nascente pela ocupação evidente, mas também não o pode fazer no passeio poente porque o espaço disponível é claramente insuficiente em algumas zonas. Seria também de sensibilizar para a não ocupação do paredão da Avenida nos consumos de esplanada. Em última instância é o ambiente que sofre com mais uma agressão.

Por fim, solicitamos à Câmara que use de toda a criatividade para manter a oferta cultural e artística neste Verão, não por ser essencial ao mundo do espetáculo, mas porque ele é essencial às pessoas, à felicidade coletiva, à animação de muitos outros setores de atividade, e porque a oferta cultural e artística é um elemento diferenciador dos municípios. Reconhecemos que nesta matéria a Câmara Municipal tem capacidade para o fazer, por isso reclamamos de V. Exa. o seu melhor exercício.

Disse."

**O Senhor Deputado Ricardo Cunha**, deu início à sua intervenção;



## Assembleia Municipal de Caminha

“O Concelho de Caminha é o único Concelho do país que tem a sua ligação com Espanha encerrada, falamos claro, do facto de o Ferry estar parado mesmo após a reabertura das fronteiras, situação que não é, e nem pode ser do agrado da população em geral do nosso Concelho, em especial, daqueles que diariamente beneficiam, e dependem até, da circulação de pessoas entre as duas margens do Rio Minho.

Todos vimos recentemente, a 7 de Junho, o líder do executivo camarário em entrevista a uma estação televisiva nacional, tecer críticas á exigência de teste por parte do governo espanhol para que se pudesse atravessar a fronteira, contudo, é o mesmo executivo camarário que por ele é liderado que mantém o ferry parado e por consequência a nossa fronteira fechada.

Em abono da verdade, o mesmo edil, informou que o ferry se encontra parado por ter deslocado os funcionários para o apoio ao centro de vacinação Covid-19 e para a distribuição de alimentos pelas escolas.

Apesar de a vacinação de prevenção contra a Covid-19 ser algo de extrema importância em todo o mundo, apesar da necessidade em distribuir a alimentação nas escolas para alimentar os nossos alunos, é realmente imperioso o deslocamento dos funcionários especializados no funcionamento do ferry para esses serviços?

Não existem mais funcionários no município com capacidade para executar as tarefas de apoio ao centro de vacinação e na distribuição de alimentos?

O Ferry está parado e quem sofre com isso é a economia do Concelho, quem sofre com isso são as nossas empresas, o nosso comércio, a nossa restauração e a nossa hotelaria.

Um Concelho que tanto depende do turismo para que a sua economia prospere, um Concelho em que o seu edil por várias vezes nesta casa da democracia enalteceu a sua aposta no turismo como motor económico, que publicamente defendeu várias vezes que o ferry é essencial para Caminha, não



## Assembleia Municipal de Caminha

pode ser o mesmo Concelho em que o líder camarário mantém parada uma das grandes mais-valias para circulação de turistas vindos de Espanha.

Posto isto, e considerando as afirmações do sr. Presidente no início deste mês, onde afirmou que no, final do ano escolar seria reavaliada a situação do ferry, os eleitos pelo PSD de Caminha questionam o atual executivo no sentido de quais as medidas que estão a ser tomadas para que o ferry reinicie a sua atividade no prazo de maior brevidade possível e se está o ferry preparado para navegar no que respeita às manutenções obrigatórias e à licença de navegabilidade.

Gostaríamos ainda de dar uma nota final de parabéns aos mais recentes campeões nacionais de remo do Sporting Clube Caminhense e também ao Âncora Praia Futebol Clube pelo percurso de excelência realizado no campeonato distrital de futebol que lhe valeu o apuramento para a primeira eliminatória da Taça de Portugal.”

**O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e em defesa da honra disse que esta perplexo com aquilo que ali levou o Senhor Deputado Joaquim Celestino, porque a democracia em Riba de Âncora sempre existiu, o Senhor Deputado não se candidatou aos Baldios porque não quis, tinha os mesmos direitos que ele teve.

Quanto a situação do Comodato e do Centro Social e Paroquial de Riba de Âncora é completamente errado e fora da verdade aquilo que ali o Senhor Deputado disse, isso demonstra que não acompanha aquilo que se passa na Freguesia, e já lhe tinha falado para frequentar as Assembleias, porque se as frequentasse sabia que neste momento o Baldio refez juntamente com o Centro Paroquial, e apresentou um novo projeto, e o que foi apresentado na última Assembleia dos Baldios foi uma proposta do Centro Paroquial de 250 mil



## Assembleia Municipal de Caminha

euros, em que o Baldio vai pôr menos 200 mil euros e com a candidatura aprovada na CIM o Baldio irá colocar menos 300 mil euros. E, vai ali culpar o professor Flamiano, e o Presidente da Junta do trabalho que estiveram a fazer até este momento, em reduzir o dinheiro a colocar pelo Conselho Diretivo dos Baldios em 300 mil euros.

O **Senhor Vice-Presidente Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, disse que na vida e na sociedade só existe uma forma de todos se compreenderem, que é cumprindo as Leis a que se está sujeito. Pode-se ter sentimentos, não se gostar das Leis, estas por sua vez não são eternas, tem que ser mudadas, as normas, os procedimentos, deve-se fazer pressão para que se mudem, mas, enquanto existirem tem que se cumprir.

Quanto à gestão e planeamento urbanístico disse o Senhor Vice-Presidente que a competência é da Câmara, e por uma simples razão, é que a gestão e planeamento urbanístico tem que ter uma visão mais global, do que uma visão micro. Global, em termos espaciais na gestão do território e temporais porque não se faz urbanismo para esta geração, mas, para gerações futuras, mas, do ponto de vista da gestão global, não se pode tomar decisões com base em uma casa, numa garagem ou numa escola, e tem que se ter em conta os interesses de uma coletividade e outras variáveis que estão associadas, como por exemplo, os acessos, infraestruturas de água e saneamento, o enquadramento paisagístico, o respeito pelas reservas agrícolas e ecológicas, e por muito que não se goste, existe um momento em que se vai decidir aquilo que se vai fazer em cada sitio, e se aquele pedido micro poderá ser ou não aceite, mas, isto não quer dizer que não se tenha que “passar cartão” como se diz na gíria, às Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia devem ser



## Assembleia Municipal de Caminha

ouvidas e nunca foi negada a informação que o Senhor Presidente de Junta pedia, como o sabe, mas, se a decisão está de acordo e se existe entendimento, por vezes não haverá, mas, isso é como tudo acontece na vida, alguém tem que decidir. E, existem determinados problemas específicos que devem ser discutidos e acordados, mas, não podem ser vistos muito pontualmente, mas sim globalmente, e existem exemplos que o Senhor Presidente de Junta sabe, que existem determinados processos de Juntas de Freguesia na globalidade que são maus exemplos, porque trinta anos depois ainda não estão resolvidos, como por exemplo, redes de saneamento que se fizeram em determinados loteamentos sem ponto de entrega, redes de águas pluviais ligadas a redes de águas residuais, lotes que desapareceram em loteamentos, arruamentos que se fizeram sem drenagem de águas pluviais, logo, existem matérias que a Câmara ouve as Juntas de Freguesia sempre que a questão se coloca, como por exemplo a Freguesia de Seixas, Âncora, Riba de Âncora, Caminha e etc., e na medida do possível são esclarecidas, mas, a decisão é da competência da Câmara.

Porém, o Senhor Vice Presidente, vai aproveitar o momento para dirimir algumas ideias que nem sempre estão muito bem concebidas, no que ao urbanismo diz respeito, e desde que este executivo está em funções vai ali recordar aquilo que já foi feito, como por exemplo foi elaborado uma revisão ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a revisão do PDM, a revisão do Regulamento de Taxas, e também foi realizada uma matéria que passa despercebido aqueles que não são utentes deste serviço da Câmara, que se trata da informatização dos processos, e recorda-se quando chegou este executivo à Câmara, no primeiro despacho que fez, entrou-lhe o Chefe de Divisão pela sala com um carrinho cheio de pastas, e a pergunta que lhe fez, foi, se ia mudar de gabinete, e a resposta foi, que aquele-las pastas eram para despacho. Mas, atualmente qualquer técnico a partir de sua casa há hora que queira submete um pedido de licenciamento à Câmara Municipal, e já se está na fase do “without paper”, sem papel, e há cerca de três semanas o



## Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Câmara de Sintra dizia que tinha sido um grande progresso ter introduzido a “information in digital support” que é a informação em suporte digital, mas feita com entrega ao balcão e reduziram os prazos em 40%, mas Caminha já passou por essa fase, já se encontra há frente com o “without paper”, porque a Câmara agora tem mais rapidez na resposta, e exemplo disso é que 30 a 40% dos processos que deram entrada na Câmara em 2021, já tiveram uma primeira apreciação. A Câmara tem ferramentas mais rigorosas, e ainda houve a necessidade de resolver algumas situações em que se discutia se determinado terreno estava em Reserva Ecológica ou não por causa da grossura do traço à escala, havia dúvidas e até mesmo de alguns processos em Tribunal, a Câmara tem uma maior segurança da informação, pode-se dizer que a informática pode ter um apagão, mas, também já houve uma inundação na Câmara e desapareceram uns quantos processos, e também ainda ontem lhe passou pela mãos um processo em que lhe desapareceram 13 paginas e etc., Contudo, não existem dúvidas que hoje se tem uma maior segurança neste serviço, e se alguém faz uma pergunta sobre determinado processo a resposta é de imediato e faz o ponte de situação em que se encontra o processo, mas, isso não quer dizer que não existam atrasos, e só no primeiro semestre do ano 2019 a Câmara tinha emitido 51 alvarás de construção, em 2020 tinha emitido 53 alvarás de construção, em 2021 tem-se emitido 74 alvarás de construção, mas, se se somar os alvarás de utilização, tinha-se 91 em 2019, 97 em 2020 e tem-se à data de hoje porque ainda não se está no fim do semestre 124 alvarás emitidos, como pode afirmar ali o Senhor Deputado Valdemar Vieira que a recuperação tem sido espetacular, e está-se a falar de 2 arquitetos, 3 engenheiros e 6 administrativos e isto só foi possível num contexto de pandemia, porque a Câmara tinha o suporte informático, e os técnicos tiveram os processos mais ou menos ao ritmo habitual porque tiveram o “without paper” e em confinamento podiam submeter os seus pedidos, e a Câmara tinha a informação disponível no Geoportal e as pessoas tinham as ferramentas para poderem trabalhar, e isto tudo vem dizer que nestes últimos 8



## Assembleia Municipal de Caminha

anos no urbanismo houve uma verdadeira revolução, e existe uma enorme procura de casa no Concelho de Caminha em todas as Freguesias, e ainda há pouco tempo dizia um site que a habitação em Caminha era cara, ora, algumas ideias criadas de que este executivo com a revisão do PDM desvalorizou o território, estão enganados porque não é verdade, valorizou-se sim o território em muito.

Muito obrigado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, agradece as questões colocadas, não poderá responder a cada uma delas em pormenor, mas vai deixar ali algumas notas complementares, completando a explicação que foi dada pelo Senhor Vice-Presidente.

Disse que quando lhe foi dada a conhecer a leitura dos Senhores Deputados que estavam presentes, nesta assembleia, fez um paralelismo com aquilo que tinha acontecido no contexto do Europeu de Futebol. Depois de uma derrota arrasadora na segunda jornada, entendeu o treinador de Portugal colocar os suplentes no miolo do terreno. E hoje, quando viu que 2/3 dos senhores Deputados do PSD, decidiram não comparecer a esta Assembleia Municipal, o que aliás em período eleitoral dá um alento fantástico, pensou que vinham os suplentes para poder, depois das derrotas arrasadoras, jogar melhor. E ficou preocupado. Mas, depois ouviu as intervenções dos Senhores Deputados do PSD e percebeu que o jeito de jogar futebol é o mesmo.

Mas, relativamente às questões que foram colocadas do Ferry, disse que foi o momento bastante interessante, mas sobretudo humorístico. Porque toda gente sabe qual é o posicionamento do Partido Social Democrata em Caminha sobre o Ferry Boat. E o posicionamento é muito simples; é fechar o Ferry Boat e acabar com ele. Que aliás Senhores Deputado, foi exatamente isso que foi dito aos trabalhadores do Ferry Boat em 2013, pelo Chefe de Gabinete do anterior Presidente de Câmara. Tendo isso sido isso transmitido e que estava consolidado que o Ferry ia acabar. E, aliás, é isso que está presente em todo o



## Assembleia Municipal de Caminha

argumento da área atual sobre as propostas de atravessamento do Rio Minho. É que o ferry não serve. Aquilo que se viu ali dizer sobre a essencialidade do ferry, a importância do ferry para a económica local é uma hipocrisia. E, portanto, sobre essa matéria não há mais a dizer a não ser que o PSD tenha mudado agora nestes dias de posição relativamente ao atravessamento do rio. Porém, há uma segunda nota que vai ali sublinhar. O Presidente da Câmara de Caminha foi chamado no contexto nacional, a ser de facto porta-voz, de um posicionamento do País relativamente a esta matéria. E, esteve lá de forma briosa a generalidade das pessoas do Concelho de Caminha e fora do Concelho de Caminha fizeram-lhe chegar manifestações de contentamento pela forma como defendeu um posicionamento de abertura contra a intransigência Espanhola, que aliás no dia seguinte terminou. O PSD de Caminha acha que não! Que esteve mal o Presidente da Câmara de Caminha. E, ainda vai ali dizer outra coisa relativamente a estas questões também da fronteira. E, se queremos e se defendemos a essencialidade do ferry, deve-se defender é que o serviço do ferry possa melhorar, se possa ter uma carreira mais condigna, que consiga ultrapassar os problemas do assoreamento, que consiga ultrapassar os problemas do tempo e das marés, é isso que se deve defender. Não é outras coisas que vão dar cabo da nossa foz. É isso que se deve fazer.

E, por último, a questão dos trabalhadores. Sim, os trabalhadores do ferry muitos deles estão a fazer um trabalho de substituição de outros trabalhadores que não podem fazer, a entrega de refeições nas diversas escolas do Concelho de Caminha, que não podem fazer a distribuição de refeições nas famílias carenciadas e estão a ajudar no transporte de pessoas para o Centro de Vacinação, assim como estão a ajudar no transporte de jovens e crianças para instituições de apoio à deficiência fora do Concelho de Caminha. O Senhor Deputado acha uma de duas coisas: ou é mais importante o ferry funcionar do que este trabalho. ou então acha que na Câmara de Caminha há trabalhadores que não estão a fazer nada. Mas, aquilo que o executivo acha o seguinte: e



## Assembleia Municipal de Caminha

assume aqui a prioridade que dá à distribuição de refeições aos miúdos, às famílias carenciada, levar jovens às instituições de apoio social e poder fazer o apoio ao transporte escolar, na vigilância e o apoio ao transporte no Centro de Vacinação. Essa é a opção do Município, essa é a prioridade. É a prioridade do Município. E, só neste momento estão, seis trabalhadores de baixa, porque não podem levantar pesos, não podem levar refeições por exemplo, nem podem estar com os miúdos de deficiência a serem transportados em carro. Seis. No contexto global dos nossos motoristas. E, não tem outros trabalhadores que possam fazer esse trabalho. Que trabalhadores é que podem fazer esse trabalho? Onde é que existe essa suposição de que há trabalhadores que não tem ocupação? Só há um conjunto de trabalhadores que pode não fazer o trabalho é ao não estar o ferry a funcionar e poder fazer esse trabalho. Todos os outros estão a fazer o seu trabalho. Esta ideia que se cria “de que na Câmara não se faz nada e que os trabalhadores não fazem nada”, é perigosa porque é alimentada por este tipo de posição. Mas, o executivo não alimenta esse tipo de posição e enquanto for necessário, os trabalhadores que estão alocados ao ferry farão esse trabalho, que é considerado prioritário pelo executivo camarário. E, portanto, quando as aulas terminam, o ano letivo está a concluir, dia 8 de julho, concluem os últimos anos, embora depois haja exames, haverá essa avaliação, o ferry está em condições para poder funcionar a qualquer momento, com os trabalhadores naturalmente.

E, ainda quanto à segunda intervenção dos Senhores Deputados do PSD. É uma intervenção que tem dificuldades em compreender. A iluminação pública como sabem é um problema. A adjetivação três vezes repetida do vergonhoso, é de facto uma adjetivação que qualifica quem a faz. Mas, a iluminação pública é um problema que tem vindo a ser tratado, na melhor capacidade, que a Câmara Municipal tem e as Juntas de Freguesia tem, junto dos começáveis da EDP. Onde é que a Câmara Municipal se desonerou alguma vez de fazer esse debate, de fazer essa pressão? E quantas vezes esse trabalho é feito diretamente pelas Juntas de Freguesia, mas também através do esforço com a



## Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal. O executivo não desdenha esse papel, mas também não aceita que venham para ali com determinado tipo de atributes a propósito de uma competência, que é uma competência que compete à EDP que não faz bem e que tem de ser penalizada também por isso. É isso que o executivo faz com as Juntas de Freguesia sempre.

E, relativamente, aos Paços do Concelho, ao edifício dos Paços dos Concelho como há de convir o edifício não foi deteriorado nestes últimos anos, foi sendo deteriorado sem que houvesse qualquer tipo de obra de sustentação. E o que o executivo tem estado a fazer é recuperar exatamente condições para que os Paços do Concelho possam continuar a servir.

Sobre a mobilidade reduzida Senhor Deputado, disse o Senhor Presidente que aquilo que o executivo procurou fazer e se tem feito na obra pública é criar condições para que as pessoas possam ter mobilidade suave, para que possam ter por exemplo enfrente aos Paços do Concelho, hoje um espaço na Praça Conselheiro Silva Torres ou na Rua de S. João muito mais amiga dessas acessibilidades. Disso não ouviu ali falar. E não ouviu falar também das acessibilidades que existem, por exemplo, na ligação entre o Largo Calouste Gulbenkian e o "Terreiro", que existe lá uma rampa de ferro por exemplo, para mobilidade acessível que os únicos que até agora que viu em 8 anos que não utilizou para mobilidade fácil e acessível foi um cidadão que pegou num carro da Câmara e que foi por ali fora e deu cabo do carro e deu cabo daquela acessibilidade, não sei se sabe o Senhor quem era esse cidadão, ele sabe quem era esse cidadão e está a olhar para esse cidadão.

Em terceiro lugar, disse o Senhor Presidente que o debate sobre estas matérias que levam ali e que foi ali protagonizado pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro e o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora sobre essa matéria creio que ficou sobejamente esclarecido.

Quanto ao desafio que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, da interrupção do trânsito ciclável, na ecovia e aceita esse desafio, mas tem dúvidas que essa proibição tenha a compreensão e aceitação por parte dos



## Assembleia Municipal de Caminha

ciclistas que ali passam. No entanto, compromettesse a estudar essa matéria. Como é que o executivo pode fazer isso, desviando as pessoas para a estrada. Mas, tem muitas dúvidas sobre como podem efetivar isso. Senhor Deputado vamos estudar essa matéria, e ver o que se poderá fazer, para se poder ter alguma solução, e julga que no ano passado houve muita gente a passear naquele “calçadão” digamos assim, naquele paredão, foi muito notório a falta de espaço que a bicicletas ainda transformam e se calhar devia-se ter outro tipo de debate sobre o transito naquela avenida, que era um debate muito interessante, mas, que em época pré-eleitoral não será o mais adequado. Que é perceber se aquela avenida, no verão pelo menos, deve ter transito automóvel, sim ou não, ou se deve ter transito num sentido, já alguma outra vez falou de forma absolutamente informal e que não tem nenhuma valia em termos de decisão sobre se o Presidente da Junta e de facto não se conseguiu chegar assim a um entendimento claro, não no sentido de não se entenderem, mas, no sentido que é difícil tomar uma decisão sobre essa matéria e não será certamente neste momento que a tomarão. Vai avaliar essa situação com muita dificuldade e da ideia que tem francamente será difícil que as pessoas cumpram essa situação.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Senhor Presidente de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que a questão da degradação da ponte da Cruz Velha é uma evidencia e nem sequer é alvo de debate, e aquilo que o executivo tem tentado no âmbito e no conjunto das matérias que dirimiram com a IP, é que estavam a obrigar a identificar do ponto de vista da engenharia os problemas e as necessidades, não é da evidência da fotografia aquilo que se vê, mas, sim aquilo que não se vê, e estavam a pedir um estudo muito avultado que o município não conseguia fazer, e a novidade que se tem é que esse estudo foi assumido pela IP, e já se tem o estudo do lado da Câmara e já se tem tecnicamente os problemas, os risco e os graus de risco, e neste momento aquilo que o executivo está a perceber é o tipo de obra que é necessária fazer e quais os custos desta obra, neste momento o executivo está



## Assembleia Municipal de Caminha

nessa avaliação e teme que seja uma obra com uma intervenção ainda avultada, o executivo ainda não tem essa obra em orçamento, têm muitas dificuldades em gerir o orçamento nesta altura do ano, e neste momento não se pode comprometer com alguma ação propriamente dita, mas, naquilo que for urgentíssimo vão ter que fazer uma intervenção e esta é uma preocupação que existe da parte da Câmara Municipal.

Quanto à relva cortada em vésperas de Assembleia Municipal, disse o Senhor Presidente ao Senhor Presidente de Junta que em oito anos não se lembra de dizer a um encarregado ou a alguém dos jardim para cortar seja o for antes de uma Assembleia, agora, antes de um espetáculo, de um momento público pode acontecer, logo, não se recorda e não faz parte do seu estilo e não acredita que os colegas atuem dessa maneira. Mas, a verdade é que há muito trabalho para fazer, porque existem muitos espaços verdes, e só existe uma forma de o fazer é a Câmara Municipal mobilizar os seus trabalhadores, os seus recursos para fazer a limpeza, dando o melhor e puxar pelo brio profissional, porque qualquer funcionário ou dirigente da Câmara tem o brio profissional, ao ver uma rua suja, um jardim por cortar e ter que o fazer, e é isso que o executiva tenta fazer, e tenta também fazer um discurso não só daquilo que corre mal, mas, fazer daquilo que vai correndo bem do trabalho que vai sendo feito, e quando olha para Vila Praia de Âncora, vê os problemas porque se tem que resolver, mas também vê a pavimentação da envolvente do Mercado, da 31 de Janeiro, vê a Bandeira Azul, vê a Bandeira Qualidade Ouro da Praia, vê a dragagem do Portinho a ser feita, vê a nova Escola Básica a ser erguida, vê a nova sede da Academia Fernandes Fão cada vez mais alta, vê a nova sede do Etnográfico a já ser utilizada, vê o apoio que é dado ao Âncora Praia, já se está a fazer um campo de treinos para o futebol de praia, vão assumir o pagamento das despesas com a iluminação do próprio campo, porque se trata de um campo que não é municipal e na comparação com outros clubes sai ali desfavorecido, e olha para tás e vê a obra da Sandia, da Vista Alegre, o Nó de Erva Verde, vê a fibra ótica pela Vila, vê este Cineteatro que foi recuperado em tempo record,



## Assembleia Municipal de Caminha

vê o pagamento total do campo do Âncora Praia, salvado o Âncora Praia de insolvência, salvando os Bombeiros da insolvência, logo, é isso que vê, e nesse foco tem orgulho no trabalho que é feito. Disse ainda o Senhor Presidente que não estão longe do centenário desta Vila, e devem-se focar na Vila com aquilo que mais extraordinária na Vila, na sua valia cultural, paisagística, na vertente ambiental, na capacitação empresarial e comercial na Vila e puxar pela Vila para se perceber a Vila que se quer com 100 anos ou com mais de 100 anos, é esse que deve ser o foco de todos para o próximo mandato, e olhar para a Vila que tem uma historia centenária, mas, tem sobretudo um futuro, e é nisso que se foca quando fala essencialmente de Vila Praia de Âncora.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado João Domingues, disse o Senhor Presidente que agradece a intervenção que ali fez, porque esta é uma matéria muito cara que nem sempre passa nestes debates. Tratasse de uma matéria que o vai importar um dia em que tenha que sair da Câmara Municipal, que é perceber se aquilo que era a sua vontade, e aquilo que era o projeto do executivo enquanto de desenvolvimento para o Concelho, foi cumprido, concretizado de acordo com aquilo que se comprometeu ao munícipes. E, disse que agora estão todos os partidos em fase de elaboração de projetos, e na elaboração do projeto eles podem prometer tudo que quiserem, mas, julga que existe uma responsabilidade de quem de facto sabe que vai ocupar um lugar ou que pode ocupar um lugar de decisão, é a responsabilidade de assumir compromisso que sabem que os podem cumprir, e ao longo destes dois mandatos assumiram sempre compromissos num equilíbrio entre a ambição quase utópica e aquilo que sabiam que poderiam fazer, não prometeram tudo a todo o momento, nem prometeram tudo a todos, as vezes até vão um pouco mais longe, não ficam por aquilo que certamente iam cumprir, e é por isso que nem sempre os programas são cumpridos a 100%, mas, tem muito orgulho ao olhar para trás enquanto líder deste projeto e perceber que 80 a 90% daquilo que são os compromissos assumidos em



## Assembleia Municipal de Caminha

época eleitoral em 2013 e 2017 estão cumpridos, outros não estarão porque não foi possível, porque as condições não se reuniram, porque não foram capazes, porque a conjuntura não deixou e outros ainda fizeram para além do que tinham cumprido, existem muitas evidencias de obras que foram realizadas para além daquele que era o compromisso do executivo. E, julga que no momento em que os populismos tomam conta da politica, em que aquilo que é a seriedade é a característica menos valorizada nos políticos e naqueles que tem que tomar decisões do erário público, manter esta linha de verdade, de racionalidade e de compromisso é fundamental para credibilizar a ação politica, mas, se um dia se divergir desta linha, um dia não haverá mulheres nem homens bons para poder assumir os destinos das autarquias na freguesia ou nos municípios e esse será um dia perigoso para a democracia em Portugal e no mundo, e por isso devesse tentar manter esta linha de atuação em direção ao futuro. Disse o Senhor Presidente que se lembra muito bem que apresentaram ali naquela sala os compromissos para estes 4 anos: Escola Secundaria de Caminha está ai; Escola Básica de Vila Praia de Âncora está ai; Academia de Musica Fernandes Fão está ai; fibra ótica por todo o Concelho está ai; obras de abastecimento de redes de saneamento nas Freguesias de Âncora, Moledo, Argela, Vilar de Mouros; Venade e Azevedo estão ai; reabilitação urbana da zona da Vista Alegre e da Sandia está ai; reabilitação urbana do Centro Histórico de Caminha está ai; Mercado Municipal de Caminha está ai, por isso tem orgulho no que foi alcançado de ter dito aos habitantes e aos residentes no Concelho de Caminha que se iria por esse caminho diminuindo o desemprego, criando mais oportunidades trazendo mais turistas, mas, melhorando a vida dos concidadãos deste Concelho. Foi tudo feito? Não foi tudo feito. A PPP infelizmente não caiu, mas, vai continuar a trabalhar e o programa que apresentaram a sufrágio será na mesma linha, não vão inventar obras faraónicas, não vão recuperar promessa que foram feitas há 20 anos, aliás, cada vez está mais difícil assumir compromissos eleitorais em Caminha, porque os compromissos eleitorais que outros assumiram durante anos estão



## Assembleia Municipal de Caminha

agora concretizados, e agora tem que se encontra novos objetivos e novas ambições para o Concelho de Caminha, e estarão para as assumir e lançar junto dos munícipes de Caminha.

Obrigado Senhor Deputado João Domingues pela intervenção.

**O Senhor Presidente da Mesa**, propôs o período de réplica.

**O Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse ao Senhor Presidente da Câmara que todos os Deputados são válidos, sejam eles substitutos ou titulares do cargo para o qual foram eleitos, e qualquer comentário depreciativo, humorístico ou futebolístico destas substituições em modo algum dignifica e enaltece esta casa da democracia, e trata-se de uma falta de respeito para os eleitos do PSD ou para os eleitos de qualquer outra força política quando as vezes são obrigados a serem substituídos, pelo que não lhe ficou bem e deveria rever essa situação.

Quanto ao PSD querer fechar a ligação do Ferry Boat, lembra-se o Senhor Deputado que o Senhor Presidente em uma entrevista, se não está enganado em 2014 ao Minho Digital teve exatamente o mesmo comentário, mas, o que aconteceu foi que em 2013 o PSD lançou um alerta sobre a situação insustentável do Ferry Boat, porque a Espanha não cumpria com a sua parte, não dragava, não ajudava nos custos, e era a Câmara Municipal de Caminha que tinha que suportar com essas despesas e dessa forma aquilo que o PSD fez foi um alerta geral para a população, incluindo aos funcionários, porque mais vale informar as pessoas com a verdade, do que se andar com meias verdades e cortinas de fumo. E, não disse na sua intervenção de que existia algum funcionário da Câmara a não fazer nada, aquilo que disse foi que se não existiam outras valências da Câmara Municipal que pudessem ficar mais desfalcadas em vez do ferry, aqui está uma diferença muito grande, porque se existe algo que respeitam, e ele respeita, era incapaz de faltar ao respeito a um trabalhador, por isso, não admite que coloque palavras da sua intervenção ou



## Assembleia Municipal de Caminha

as tente deturpar para lhe dar o sentido que pretende e não o sentido que está, o que não dignifica em nada este ato democrático que é a Assembleia Municipal.

E, relativamente ao ferry, o Senhor Deputado vai ali salientar duas notícias de 2014 do Jornal o Caminhense em que o Senhor Deputado Rui Taxa nesta mesma Assembleia preocupado com a paragem prolongada do ferry que tinha a ver com as questões de navegabilidade e do desassoreamento que estava muito atrasado, fez um requerimento nesta Assembleia Municipal para saber qual seria o ponto de situação do ferry, e passado um ano através dos seus Vereadores eleitos em reunião de Câmara, quando em 2015 após uma mega operação mediática de charme o ferry navegou apenas por três dias no período da Pascoa e voltou a parar, nesse mesmo momento os eleitos do PSD mostraram a mesma preocupação, que hoje ali mostrou, logo, fica ali a prova que o PSD não se lembrou apenas da capital importância da ligação internacional só agora e por ser ano eleitoral, como frisou o Senhor Presidente, os eleitos dos PSD sempre se preocuparam e continuaram a se preocupar devido á enorme importância da mesma para a economia e para a população do Concelho de Caminha, enquanto esta for a única solução que se tem no Concelho para se atravessar de Portugal para Espanha.

**O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Âncora, António Brás,** disse que reconhece a valia dos instrumentos tecnológicos colocados ao serviço da população e da Câmara, reconhece também a disponibilidade do Senhor Vice Presidente para as questões que eventualmente a Junta de Freguesia de Âncora coloca, e sempre que são colocadas existe sempre uma solução em adiantado, gostava de ali dizer com todo o respeito que duvida até provas em contrario de que a ocupação indevida de território, está avalizada por licenciamentos camarários, o estrangulamento da Rua do Paço, mesmo admitindo que o PDM seja uma ferramenta dinamizadora de progresso e de



## Assembleia Municipal de Caminha

dinamização, tem duvidas que isso satisfaça e seja benéfico para o erário público.

Muito obrigado.

**O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saúda o Senhor Presidente da Câmara pela proximidade que tem com a preocupação que tem a CDU pela Avenida Dr. ° Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora. E, dizer que a CDU sempre foi defensora da existência de ciclovias e da utilização de outras disponibilidades de deslocação que não os veículos automóveis. A questão central é que aquilo nasceu mal e para quem se recorde, existia um passeio largo e a ciclovia nasceu comendo o passeio, ou seja, houve um retirar de espaço para a população se deslocar pedonalmente por aquela zona. Claro que com o passar do tempo, com a ocupação do passeio nascente, as coisas foram-se agravando. Mas saúda o facto do Senhor Presidente pensar nessa matéria, porque quando acena e diz que vai pensar no assunto, ele sabe que, mais tarde ou mais cedo, encontrarão um ponto de encontro. E, dizer ainda que aquilo que foi pedido foi de carácter excecional. Não se trata de privar a ciclovia definitivamente. Uma vez que ainda se está a viver um cenário de COVID é necessário que haja mais afastamento entre as pessoas, o que não ajuda em nada a existência da ciclovia neste momento.

Disse ainda o Senhor Deputado que o Senhor Presidente continua a não responder ao contrato de comodato da Casa Ventura Terra, presume que não o faz porque terá que estudar melhor o dossier, por isso ficará para uma próxima oportunidade.

Relativamente ao Senhor Presidente de Junta de Riba de Âncora, disse o Senhor Deputado que provavelmente o problema era o de ser demasiado cordato com ele, e o Sr. Presidente da Junta não entende daí que não saiba o que faça. Mais disse que o Sr. Presidente da Junta de Riba de Âncora vai ali e outorga-se um grande democrata, querendo impor onde o eleito municipal da CDU deve ou não participar. V.exa., acha perfeitamente normal que enquanto



## Assembleia Municipal de Caminha

Presidente de uma Junta de Freguesia se candidate a ser Presidente de uma Comissão de Baldios, e contra esse seu pensamento, nada se poderá contrapor, mas aconselha-o a fazer uma consulta no País para ver quantos Presidente de Junta em exercício se candidataram, não é que estejam a gerir o baldio, mas se tenham candidatado a serem Presidentes de uma Comissão de Baldios. É um exercício simples este que lhe pede.

Mais disse que o sr. Presidente da Junta de Riba de Âncora veio dizer que ele usou de inverdade, quando apenas está a citar atas desta casa. Se alguma defesa de honra devia haver era a desta casa, quando o Presidente da Junta diz que o eleito da CDU está a falar uma inverdade ao citar uma ata desta casa, que não foi escrita CDU, ata esta aprovado por toda a gente. E pior ainda, vem dizer que o eleito da CDU desconhece que, ficando sem saber se foi o Senhor Presidente de Junta ou o Senhor Presidente da Comissão de Baldios, reuniu, e novamente ficou sem saber se foi com o representante do Centro Paroquial ou com o Presidente da Assembleia de Baldios, para diminuir a participação dos Baldios, e lá está fizeram uma reunião de duas pessoas a representar quantas entidades? E foi o sr. Presidente que veio dizer isso. Portanto, referiu novamente já não saber o que lhe dizer e acha, por isso, que esta matéria já não tem mais por onde andar. Se o sr. Presidente de Junta se sente ofendido na sua honra por ele citar verdades, pede-lhe desculpa. Fazem assim o exercício ao contrário. Pede-lhe ele desculpa e assim o sr. Presidente de Junta não vai sempre ali defender uma honra que não sabe onde foi ofendida, chegando ao fim sem que ninguém perceba porque defende essa honra quando não há honra nenhuma a defender.

Disse.

**O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse relativamente ao comodato da Casa Ventura Terra, aquilo que se passa é que a Associação Ventura Terra, tem a possibilidade de apresentar um projeto para o espaço de modo a revitalizá-lo e dinamizá-lo e surgiram algumas ideias, mas, nenhum



*[Handwritten signatures in blue and black ink]*

## Assembleia Municipal de Caminha

projeto, e com o falecimento da presidente da Associação Ventura Terra, há cerca de um ano, foi muito penalizador para aquilo que é a dinâmica para a procura de projeto no contexto da Associação Ventura Terra, neste momento não existe presidência, a associação está letárgica no sentido em que não tem dinamismo, não tem uma direção, e a Câmara aguarda com alguma expectativa que isso possa acontecer, e ainda há pouco tempo na cerimónia que houve no Centro Social, relativa á exposição sobre a presença maçónica em Vila praia de Âncora, estava presente o Capela Miguel, que está ligado á Associação Ventura Terra, que lhe disse que iriam tentar encontrar uma solução, e a opção enquanto Presidente da Câmara Municipal de Caminha é não cortar relacionamento até que eles possam encontrar uma solução, e sempre lhes diz, que a solução a apresentar enquanto representante do proprietário do espaço tem que ser viável, racional e tem que ter estrutura e capacidade de surgir e até agora ainda não aconteceu. E, de momento esta situação mantém-se e a Câmara faz manutenção do espaço na questão da limpeza.

Relativamente ao debate que o Senhor Presidente da Junta de Riba de Âncora e o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que devem conversar, mas, não deixa de ali dar o seu testemunho para que não surja nenhuma duvida, do trabalho que o Paulo Alvarenga tem feito nesta matéria do Centro, pois é um trabalho que o honra porque é de pormenor de tentar consolidar uma solução de apoio aos idosos não só em Riba de Âncora, mas, para todo o Vale do Âncora, um trabalho que tem feito ao encontrar soluções ao nível da arquitetura, do edificado, ao nível da dinamização da Associação que tem permitido fazer do projeto inicial um projeto mais capaz de dar resposta e ao mesmo tempo que não caia em cima dos ombros dos Baldios como o projeto inicial, e nos últimos os tempos a pressão que tem vindo da parte de Riba de Âncora vem do Senhor Presidente da Junta, porque é ele que tem insistido com o executivo para se tentar encontrar soluções em Lisboa nos arquitetos da Segurança Social, na CIM Alto Minho para se encontrar mais financiamento, e



Handwritten signatures in blue and black ink.

## Assembleia Municipal de Caminha

junto dos serviços da Câmara Municipal para pedir parecer a várias instituições, este é um trabalho invisível, e um dia que está breve vão-se iniciar as obras e vai-se inaugurar o espaço, e nesse dia vai-se agradecer a todos pelo trabalho que fizeram, mas, ninguém sabe o trabalho que tem pessoas como o Paulo Alvarenga e outras pessoas em todos os dias estar a tratar de algum pormenor deste empreendimento que irá ser aberto e servir as pessoas, e por isso deixa ali o seu testemunho para que não exista ali alguma ideia de que exista algum tipo de aproveitamento, porque o aproveitamento que haverá vai ser das pessoas que vão usufruir do espaço e da população do Vale do Âncora.

Quanto à réplica do Senhor Deputado Ricardo Cunha, disse o Senhor Presidente que quando se referiu a debandada da bancada do PSD não quis demonizar cada um dos Deputados suplentes, nunca o fez, e aliás a falta de respeito é não aparecer e isso por acaso não costuma acontecer na bancada do PSD é mais na bancada dos Vereadores do PSD que não aparecem e estão eleitos pelo povo de Caminha, isso sim é uma falta de respeito, e aquilo que ali quis salientar é um facto político importante, é que dois terços, 6 de 9 Deputados na penúltima Assembleia Municipal antes do término do mandato em pré campanha eleitoral não puderam aparecer, isto não é um facto político notório, que deve ser sublinhado.

Disse ainda, o Senhor Presidente quanto ao Ferry Boat, existe algo que recorda muito bem, que foram os funcionários do ferry, os que hoje estão a trabalhar pelo comunidade, irem a reunião de câmara dizer que tinham sido informados pelo executivo camarário que o ferry ia fechar no final de 2013, e até lhes disseram em que lugares iam ficar no resto da estrutura da Câmara Municipal, para quem dá valor ao ferry. Acabar com o ferry é uma medida extraordinária!

### **3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**



## Assembleia Municipal de Caminha

**a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

**b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril 2021**

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 30 de abril 2021”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 0 votos contra e 07 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

**c) Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2020**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião extraordinária de trinta e um de maio de dois mil e vinte e um, relativa ao **“Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2020”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea I) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o **“Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2020”**.



## Assembleia Municipal de Caminha

**O Senhor Deputado Ricardo Cunha**, deu início à sua intervenção;

“No que diz respeito à prestação de contas do exercício de 2020, a primeira nota de registo vai para a transição da aplicação das normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) para o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), medida que dotou este documento de maior transparência e compreensibilidade, facilitando o acesso à informação e ao escrutínio sobre as atividades e as contas do Município de Caminha.

2020 foi um ano absolutamente atípico, marcado por acontecimentos imprevisíveis e um quadro de exceção único em quase 50 anos de democracia e de poder autárquico. As medidas de controlo e prevenção da pandemia de COVID-19 assumiram grande centralidade na atividade do Município, num contexto particularmente difícil, em linha com o que aconteceu nas restantes autarquias e em todo o país.

Nesse sentido, é compreensível que os valores executados, tanto do lado despesa, como do lado da receita, tenham sido bastante diferentes das previsões efetuadas no orçamento para 2020, bem como na comparação com os valores executados de anos anteriores.

Assim, durante este exercício foram arrecadados 18 820 605,95 € e foram pagos 18 814 866,98 €, verificando-se um saldo positivo de 5 738,97 €. Um resultado positivo assente em pagamentos em atraso e dívidas a fornecedores que, a 31 de dezembro de 2020, representam um valor global de 5 613 069,90 €, enquanto que o valor de recebimentos em atraso na mesma data era de apenas 698 562,75 €.

Este registo é preocupante, não apenas para os fornecedores que são defraudados .na sua legítima expectativa de ser ressarcidos em tempo razoável, mas também para o Município, que desta forma fica condicionado na sua capacidade de negociar melhores preços e atrair empresas mais competitivas para a satisfação das suas necessidades.

Neste cenário, são os munícipes que acabam por sair mais prejudicados, seja através da alienação de serviços essenciais, como é o caso da água e do



## Assembleia Municipal de Caminha

saneamento, tendo passado essa responsabilidade para a esfera das Águas do Alto Minho, cujos erros operacionais e aumentos de preços causaram grande instabilidade na vida das populações durante o ano de 2020, seja através da fixação de valores máximos na carga fiscal, com particular ênfase para o IMI, não tendo o Executivo Municipal aderido ainda ao IMI Familiar, conforme proposta do Partido Social Democrata, continuando de fora da extensa lista de municípios que têm vindo a adotar esta medida de responsabilidade social.

Face ao exposto, votaremos contra a prestação de contas do exercício de 2020, atendendo á débil situação financeira em que o município se encontra e á projeção dessas dificuldades na população, preconizando um novo modelo de gestão, que assente na redução da despesa em custos fixos e de estrutura e num maior esforço de diminuição do prazo médio de pagamentos, que possibilite a poupança de recursos financeiros na aquisição de bens e serviços e, se reflita, posteriormente, numa diminuição da carga fiscal junto das famílias e da população.”

**O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção;

“É trazido a esta assembleia um documento que, em números, se resume a um saldo de gerência em 2020 de 965 458,94 €, com uma taxa de execução de receita e de despesa de, sensivelmente, 75%, e um resultado líquido de 203 683,18 €.

Ressalva-se aqui o aumento das transferências em cerca de 27%, ao que correspondem 34% de transferências Capital e 25% de transferências correntes, acompanhado de uma redução dos empréstimos de curto prazo e dos empréstimos de médio e longo prazo; tudo isto num cenário de reclassificação das transferências via FEF e da classificação de contrato oneroso atribuído às Piscinas, considerados, pelo executivo, acontecimentos com efeitos no resultado líquido do exercício.



## Assembleia Municipal de Caminha

Destas últimas palavras parece depreender-se um exercício bom ou muito bom, mas na realidade, face ao ano transato, os valores, em termos de resultado, são semelhantes, e a estrutura da despesa e da receita segue o mesmo modelo.

Na verdade, este é um exercício que acompanha os últimos orçamentos, cujo mérito assenta apenas em não se registar um desvio orçamental tal que empurre para exercícios negativos, a par da capacidade de cobrança de impostos diretos e indiretos, com tendências crescentes face aos anos anteriores, excetuando-se o IUC (impostos diretos) e a Ocupação da via pública, publicidade e outros (impostos indiretos).

Não fosse o relatório de atividades e sobre contas estaríamos conversados, mais até porque, no plano formal estamos perante contas devidamente certificadas, sem reservas assinaláveis.

Mas sobre o relatório de atividades, pese embora se perceba o alcance metodológico típico de um exercício último pré-eleitoral, muito ao estilo do sr. Presidente da Câmara Municipal, não deixa de ser também um registo do marco histórico de um período impensável há um ano e meio atrás. Não será por isso por acaso que este relatório inicia precisamente nas medidas COVID. E fá-lo por se perceber o impacto económico e financeiro, mas também por ser o que mais governou a vida de todos os portugueses, em geral, e dos munícipes de Caminha, de forma particular. De tal forma que o relatório não se descola do COVID. A Economia e Emprego, acabou por ser condicionado pelo COVID, assume o relatório; Na educação, cultura, desporto e juventude, refere o mesmo relatório, que houve incremento de despesa por ações inerentes ao controlo da pandemia; Na solidariedade, bem-estar e coesão social, lá está novamente o apoio às famílias contrariando os efeitos negativos do quadro pandémico; No espaço público, ambiente e proteção civil, lá vem o “forte investimento da Câmara nas condições de higiene”, citei. Só mesmo a Modernização Administrativa passou ao lado do COVID, fazendo leitura direta do documento.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não servindo de desculpa para ninguém, a verdade é que a partir de março de 2020, fomos governados pela pandemia que ainda persiste. Por isso pedimos mais arrojo no plano e orçamento para 2020. Mas não o vendo, não demos o nosso voto favorável a esse documento. Tal votação do plano e orçamento para 2020, reflete-se agora nas contas que aprovaremos, ou não, hoje.

Não podemos esquecer, contudo, que o que hoje estamos aqui a fazer é também um ato administrativo e que se sustenta na veracidade certificada por entidade externa. Por isso, a decisão de hoje não expressa unicamente o que politicamente defendemos como sendo a linha estratégica de ação e gestão do município de Caminha. Essa é uma matéria de discussão em novembro de cada ano, na Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Por este motivo, ao que se soma a responsabilidade de termos contas aprovadas, mesmo que a típica ação de maioria do PS seja mais que suficiente para esse efeito, a CDU votará favoravelmente o Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2020.

Disse.”

A **Senhora Deputado Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“É nesta altura que a Câmara nos apresenta os números da sua gestão anual. É nesta altura que ficamos a saber quanto e como a Câmara arrecadou as suas receitas e onde e como gastou o nosso dinheiro.

Pessoalmente e como já vem sendo habitual, não gosto de debitar números, e acredito que apesar de serem importantes, o que os nossos múnícipes pretendem, não é ouvir-nos aqui a desfiar as contas do rosário, mas sim, pragmatismo e factos!



## Assembleia Municipal de Caminha

Por isso permitam-me lembrar vos (apesar de acreditar que ninguém se esqueceu e até porque ainda não acabou) que a Pandemia do Covid 19 foi o flagelo que assolou o Mundo. O país e, obviamente, o Concelho de Caminha não foram exceção.

Quem não reconhecer aqui que o ano de 2020 foi o ano que colocou tudo e todos à prova, não tem consciência e não pode ser sério!

Numa clara atitude reativa, a Câmara de Caminha desde muito cedo implementou várias medidas extraordinárias de apoio social e económico à população, empresas e instituições do nosso Concelho.

Destacando apenas uma ínfima parte das mesmas, começarei pela isenção de pagamentos mais diversos, passando por campanhas de promoção, valorização e incentivos à economia local; vários foram os apoios criados para minimizar os efeitos negativos causados pelo COVID 19 às empresas e empresários do nosso Concelho.

O reforço das verbas atribuídas às instituições, IPSS, Corporações de bombeiros, associações desportivas e culturais do Concelho passando pelo reforço na área social com o apoio às famílias em dificuldades, ao estabelecimento de parcerias com as unidades de saúde locais, para levar os cuidados de enfermagem a casa das pessoas, à criação de uma rede complementar de apoio para ajudar as pessoas com maiores dificuldades e de maior risco a não terem de sair de casa, vimos a câmara de caminha e todas as freguesias do nosso Concelho, serem exemplo, e atender a todos que os solicitavam.

Também a área da educação foi reforçada e várias foram as medidas de apoio que surgiram para ajudar as nossas crianças, os nossos jovens, e as suas famílias. Destaco do muito que foi implementado os equipamentos de retaguarda para que os que tinham de trabalhar pudessem deixar os seus filhos em segurança, a entrega diária de refeições em casa a crianças e jovens pertencentes a agregados carenciados, o empréstimo de meios informáticos e o acesso a Internet em casa a todos os alunos do 2º e 3º ciclo e do ensino



## Assembleia Municipal de Caminha

secundário identificados pelo Agrupamento para que pudessem ter ensino à distância.

Na cultura, com espetáculos e atividades culturais cancelados ao longo do ano, a câmara de Caminha voltou a dizer presente e tentou, de forma exemplar resgatar a cultura para o nosso Concelho e mostrar que o nosso Concelho continuava a ser um destino de confiança. Exploraram-se espaços culturais existentes, dinamizaram-se os espaços públicos e sobretudo deu-se relevo à prata da casa com vários eventos virtuais e não só, levados ao efeito pelos variadíssimos e talentosos artistas do nosso Concelho e pelos alunos da Academia de Música Fernandes Fão, e a Sociedade Musical Banda Lanhelense.

É impossível falar de tudo o que foi feito no ano de 2020, um ano em que apesar de tudo o que aconteceu, ficamos a saber que a Câmara conseguiu um resultado líquido do exercício positivo em 203.683,18€. Que isto dizer que:

Numa clara aposta em amenizar os efeitos negativos da Pandemia, tendo investido de forma reforçada e quase transversal em todas as áreas da sua competência com resiliência e responsabilidade, tivemos uma gestão equilibrada.

Uma gestão equilibrada que conseguiu pelo segundo ano consecutivo um saldo positivo, e no qual o investimento publico não parou!

Apesar do ano Pandémico e da clara aposta que a câmara fez nas pessoas, tivemos e temos obra no nosso Concelho, obra real que, apesar de muitos a quererem desvirtuar e ferir de ilegalidades e mentiras, existe.

Numa atitude reativa, mas também muito proactiva, ficou comprovado que apesar de todas as adversidades, é possível trilhar o caminho certo, fazer bem, fazer melhor, fazer o que não tinha sido feito e esperamos, continuar este caminho de elevação e seriedade para o nosso Concelho.

Disse.”



## Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este é o debate de contas mais pacífico que o executivo tem nesta Assembleia Municipal. Isso acontece porque as contas no Concelho de Caminha são muito claras, muito transparentes, não existem faturas nas gavetas e tudo que é dívida está registado e contabilizado e está nos documentos que ali apresentam. Grande parte da dívida que aumentou nestes últimos anos tem a ver com o registo de dívida que não estava registada, mas existia, e, isso tem um impacto ao longo do tempo nas contas que se vão apresentando, porém, tem havido um grande esforço para se tentar juntar aquilo que é necessário num exercício orçamental, a capacidade de ir buscar receita para se poder acolher despesa, e, a despesa tem a ver com investimento em parte, mas, também com as despesas fixas, e as despesas fixas de uma Câmara estão muito bem elencadas, e são aquelas que permitem pagar os funcionários, por exemplo, que estão nas escolas, que permitem pagar aquela que tem a ver com a iluminação pública, com a recolha de lixo, com a atividade da Câmara Municipal no apoio às famílias, às instituições de solidariedade social, logo, aquilo que é exigência normal de todo o ano neste debate, para que se faça mais obra que se coloquem mais recursos da Câmara ao serviço dos cidadãos, o que tem um impacto na despesa, porque isso não existe de forma mirífica na despesa. Este foi um ano completamente atípico, e estas contas estão marcadas por dois factos, em primeiro lugar de forma formal estão ali neste documento com a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNCAP), que torna estas contas diferentes do ponto de vista da sua forma, são mais transparentes, mais capazes de ser lidas, e também o período pandémico, logo, estas são as contas menos politizadas, menos controladas na ação por parte do executivo, porque tiveram que enfrentar aquilo que nenhuma Câmara teve que enfrentar, que é uma pandemia de contexto global, o executivo tentou dar o seu melhor o que teve impacto nas contas apresentadas, e esse impacto é do lado da receita e do lado da despesa, muito mais do lado da despesa; do lado da receita naquilo que foram as medidas de



## Assembleia Municipal de Caminha

apoio, como a ocupação do espaço público, e outras, como IMT ter crescido cerca de 4%, apesar de que num ano normal teria crescido mais, no entanto, salienta este crescimento no valor da receita em IMT, mas, também não pode deixar de salientar o facto da Câmara não vender água, o que tem a ver com a gestão do dinheiro no dia a dia, e como todos sabem o facto da Câmara fazer receita com a água permitia a cada mês e em cada circunstancia do pagamento da água à Câmara Municipal. Disse ainda que gostava de sublinhar que a despesa aumentou bastante com o pessoal, cerca de 600 mil euros, com a incorporação dos trabalhadores das escolas, mas a Câmara não tem problema em assumir politicamente esta despesa, o executivo quis trabalhar com as escolas, porque quis trabalhar com a descentralização e com a autonomia, e também as transferências correntes para as Juntas de Freguesia e para as instituições que globalmente subiram 49% neste ano marcado pelo contexto Covid. Disse que a receita aumentou em várias áreas, como por exemplo no comportamento do IMT, mas este ano de 2021 o IMT neste momento já está a 70%, o que quer dizer que a dinâmica económica que ali disse o Senhor Vice Presidente está a andar e a marcar aquilo que tem a ver com a receita orçamental do lado da receita, até mesmo em receita arrecada naquilo que tem a ver com loteamentos e obras consolidadas no Concelho a execução orçamental já superou os 100%, já se recebeu neste momento mais do que aquilo que se esperava até ao final do ano; existe uma nova receita que é a receita do IVA, uma receita criada pelo governo e bem que permite que as autarquias tenham uma parcela do IVA paga pelos cidadãos do Concelho no consumo de determinados tipo de bens, nomeadamente bens ligados à restauração e hotelaria, e também se tem a subida das transferências de competências na educação que permitiram no outro lado de ter um incremento de 985 mil euros por parte da Câmara. Disse ainda que na despesa se diminuiu em várias áreas, como no combustível e lubrificantes diminuíram em 33%, devido ao decréscimo da atividade municipal, naquilo que se teve que comprar na água e saneamento diminuíram 61,9%, era um dos objetivos da parceria



## Assembleia Municipal de Caminha

publico, a locação de edifícios diminuiu de despesa em cerca de 30%, que é explicada pelo facto da moratória da PPP, esta teve uma moratória relativamente à banca, logo, quando o município paga a renda á PPP por acordo também se paga apenas aquilo que corresponde a uma parte desse valor, e também o executivo tem pago as várias dividas e a despesa foi diminuindo nessa matéria. Disse também o Senhor Presidente que o investimento não parou, o executivo fez crescer a aquisição de capital em 22,74%, houve mais de 688 mil euros de investimento em obras que ali já foram referidas, e a Câmara não se poupou enquanto estava a combater a pandemia relativamente àquilo que era necessário se fazer, porque o investimento cria oportunidades de trabalho para as empresas, que trabalham na área da construção civil, e as que vivem á volta da construção civil nos materiais e nos equipamentos, e também permitiu o executivo fazer determinadas obras num contexto aonde se estaria a prejudicar menos a população, muito claramente no contexto do Centro Histórico onde o executivo quis fazer a obra e avançar, e apesar do executivo na receita de capital arranjar 3 milhões de euros, o investimento global durante o ano foi de 4 milhões e meio de euros, e, apesar deste documento poder ter alguma incomparabilidade com outros, pode concluir que a receita total de 2020 fica em 18 milhões e 800 mil euros, em grosso modo, assim como a despesa total, que existe uma diminuição da despesa em relação a 2019 na ordem dos 500 mil euros, que existe um resultado liquido de exercício positivo de 203 mil euros, e esta é a segunda vez consecutiva que acontece este resultado liquido de exercício, o que não acontecia há onze anos na Câmara Municipal de Caminha, quando se fala em equilíbrio de contas, isto não acontecia e este executivo conseguiu-o, e ainda existem outros valores importantes que vai ali sublinhar como o ativo liquido continua a ser superior ao passivo liquido, a divida à banca continua a diminuir, como por exemplo acabaram de pagar o PREDE que foi o empréstimo que o anterior executivo contraiu para pagar dividas a fornecedores; a divida a fornecedores de conta corrente continua a diminuir, embora a divida vencida



## Assembleia Municipal de Caminha

como podem verificar na informação financeira que recebem aquando as sessões da Assembleia Municipal anda sempre na ordem dos 5 milhões de euros, que é esse mesmo valor que está nos pedidos de empréstimo de pagamento a grandes fornecedores, porque o executivo tudo aquilo que tem a ver com faturas dos dois últimos anos tem sido pagas e a generalidade dos fornecedores do Concelho de Caminha tem recebido atempadamente; a dívida de acordos de pagamento diminuiu 600 mil euros, o executivo está a pagar vários acordos de pagamento nomeadamente dívidas de água, desde 2005 e o Município cumpriu mais uma vez o limite de endividamento de pagamento previsto na Lei desta vez com uma margem de 300 mil euros.

Para terminar, disse o Senhor Presidente que o Senhor Deputado da CDU tocou no tema, porque durante muitos anos se debateram sobre a certeza das contas, sobre a veracidade da contabilidade, mas, agora deixou de ser tema e isso é um ganho desta Assembleia e da Câmara Municipal, as contas são o que são, e por isso não se compreende que haja uma espécie de voto político sobre as contas, sobre o orçamento faz todo o sentido, o orçamento são as opções com os recursos que se tem, as contas são a arrumação da despesa e da receita. Disse que, ou as contas estão mal, ou as contas não têm transparência, ou há erros e não parece ser evidente, e há um ano atrás o município tinha por parte do revisor oficial de contas o sublinhado da quatro reservas, que não é muito, e neste momento existe apenas uma reserva que tem a ver com o património, porque nenhuma Câmara do país sabe exatamente o valor do seu património, e Caminha não é uma exceção, mas, as contas que ali estão a ser apresentadas não deixam margem para dúvidas, e por isso, aconteça o que acontecer nos finais de setembro, existe uma matéria que é um ganho deste executivo e da qual se orgulha, as contas da Câmara Municipal são transparentes, legíveis e são capazes de ser lidas e trabalhadas por qualquer cidadão sem alçapões e gavetas com fundo falso, e isso é um mérito deste executivo e a capacidade de trabalho que teve ao longo destes



## Assembleia Municipal de Caminha

anos, de se chegar a este ponto, e apesar dos votos contra neste ponto em 2021 não se tem debate sobre esta matéria nesta Assembleia.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 04 votos contra e 03 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### d) Proposta de Cessão de Créditos ao Banco Europeu de Investimento

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e vinte e um, relativa ao **“Proposta de Cessão de Créditos ao Banco Europeu de Investimento”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim, e decorrente da deliberação de 26 de junho de 2020, a Assembleia Municipal autorizou a Câmara Municipal a celebrar um “Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte S.A.”, dessa autorização apresentam-se agora os documentos que permitiram a “Cessão de Créditos ao Banco Europeu de Investimento”, conforme a cláusula 8.ª do ARD, e, porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a



## Assembleia Municipal de Caminha

autorização para a “Proposta de Cessão de Créditos ao Banco Europeu de Investimento”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 04 votos contra e 03 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **e) Renovação do Protocolo para Organização do Festival de Vilar de Mouros entre 2022 e 2027**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e vinte e um, relativa à “**Renovação do Protocolo para Organização do Festival de Vilar de Mouros entre 2022 e 2027**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea c), do n.º1, do art.º6 da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais, e, nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Renovação do Protocolo para Organização do Festival de Vilar de Mouros entre 2022 e 2027”.



## Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Municípes que nos seguem de casa e Comunicação Social, e deu início à sua intervenção;

“O Festival de Vilar de Mouros foi o primeiro Festival de Música da Península Ibérica e um dos primeiros da Europa. Muitas vezes apelidado de 'Woodstock Português', o Festival de Vilar de Mouros foi um grito de liberdades, principalmente a nível cultural, no nosso país.

Estas podem parecer frases feitas estamos tão habituados a lê-las, ou a ouvi-las que por vezes pode parecer que perdem importância; mas, cabe sempre recordar que o Festival de Vilar de Mouros foi isso tudo e permitiu ao nosso concelho, a partir da aldeia minhota que lhe dá o nome, fazer parte da História de Portugal. Cabe recordar, ou relembrar todos estes detalhes porque eles passaram quase uma década esquecidos algures entre descuidos e fracas explicações, até que este Executivo e esta Assembleia decidissem devolver aos Caminhenses o evento, mesmo a tempo de evitar que as novas gerações nem o seu nome reconhecessem.

O desafio era duro, exigente, depois de uma tentativa falhada de 2014: devolver ao Festival a grandiosidade, a atratividade, a mística e o sucesso de antes, apesar dos anos de interregno durante os quais, outros eventos do género, gozaram do grande período de evolução e crescimento do sector.

Sou suspeita para me pronunciar sobre este tema, eu bem o sei, mas os pontos que o Festival marcou nas últimas 4 edições são tão óbvios e tão claros que não cabem nestas palavras quaisquer "presunção ou água benta".

O Festival de Vilar de Mouros, que dado o seu sucesso passou, a partir de 2018, a chamar-se EDP Vilar de Mouros, contou, nas últimas 4 edições com cerca de 126 mil festivaleiros e recebeu mais de 370 meios de comunicação que geraram um total de 2814 notícias.



## Assembleia Municipal de Caminha

O Festival recebeu mais de 50 artistas nacionais e internacionais de renome no panorama cultural atual; foi Escolha de Consumidor nos anos 2018 e 2019 em indicadores como Melhor Cartaz, Ambiente do Festival, Boa Relação Qualidade/Preço, Boas Condições, Segurança no Festival, Qualidade do Ambiente, entre outros, tendo ganho estes galardões a Eventos bem conhecidos e com nomes bem-sonantes.

O Festival inovou nos Espaços e nos Ambientes, nas Atividades, na oferta Gastronómica, nas Parcerias, nas Medidas Ambientais que o tornaram referência entre os outros semelhantes, despertou curiosidades e alguma competição saudável. O EDP Vilar de Mauros terminou a sua última edição de 2019 num mais que merecido 6º lugar no Ranking dos Festivais de Verão e não tenho dúvidas, terminariamos as edições seguintes em posições ainda melhores, tivessem elas sido realizadas.

Vilar de Mouras e o Concelho encheram-se novamente de festivaleiros, de público, de visitantes, de turistas; as sinergias com o alojamento local, a restauração, o comércio e os parceiros locais surpreenderam em níveis que, sejamos francos, não se esperavam tão rapidamente restaurados. O sucesso e o proveito do EDP Vilar de Mouros não se contam apenas nas entidades envolvidas diretamente; vão muito além dos números de bilheteira e atingem um raio de influência que vai desde a frutaria da aldeia ao grande hotel da vila. O Festival foi capaz de surpreender com tudo isto, mas até com a conciliação e a concordância que possibilitaram. Pasmem-se os que duvidavam que fosse possível que, mesmo os que tanto esqueceram o evento, que tantos entraves lhe levantaram, que até contra ele vieram a votar, chegariam a marcar presença em todas as edições e a acabariam agora em uníssono com os que sempre acreditaram e trilharam o caminho árduo.

A parceria entre a Câmara Municipal de Caminha, a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e a empresa Surprise & Expectation, Lda., sempre com o incomparável e irrepreensível apoio e respaldo da população e comunidade Vilarmourense, possibilitou que o tal desafio que era duro e exigente fosse



## Assembleia Municipal de Caminha

superado. Estou certa que todos os que aqui estamos desejamos mais 6 anos de sucessos para o Festival de Vilar de Mouros, mas sobretudo que a comunidade está ansiosa pelas novas edições.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, deu início à sua intervenção;

“Esta é seguramente uma boa notícia. E assim poderíamos encerrar este assunto. Uma notícia que surge num contexto penalizador para as vivências artísticas e culturais, fazendo eco da importância que elas têm na nossa existência.

Mas terminar este assunto pela notícia, sem mais, seria redutor. Porque esta renovação é muito mais que isso. É um sinal do êxito dos últimos festivais, só assim despertando o interesse de todas as entidades envolvidas nesta grande organização em assumirem o compromisso de a manterem até 2027.

Mas é também, na perspetiva da CDU, um reconhecimento do seu papel, sempre firme e determinado, focado na importância e sucesso dos festivais.

E será, para outros partidos políticos, a oportunidade de se redimirem do passado e de serem acolhidos no seio dos que sempre souberam qual era o lado certo deste Festival.

Não é o momento das culpas, contudo, mas o momento de identificar as razões que nos permitiram aqui chegar.

A CDU tem sido incansável na valorização do saudoso António Barge na criação do Festival, mas quem em 1996, depois de uma interrupção de 14 anos sem festival, se lançou em entusiasmo e trabalho foi a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, já com a CDU na sua liderança. E, perante receios sucessivos e desfocados dos interesses culturais, foi novamente à Junta de Freguesia, liderada pela CDU, que coube um dos empreendimentos mais determinantes para chegarmos hoje a esta renovação. Falamos da aquisição de mais de 5 hectares de terreno que hoje serve o festival, mas também o lazer, o acesso à praia, e que foi também determinante para que esta fosse hoje uma praia



## Assembleia Municipal de Caminha

oficial, servindo igualmente de apoio à própria praia e à fruição de um espaço natural, com qualidade e segurança. Vilar de Mouros é hoje uma freguesia com mais espaço público, com maior identidade ambiental com o território, graças à plantação de árvores autóctones no local, e mais capaz de acolher visitantes e tornar mais aprazível a vida dos seus residentes. Não fora esta ação abnegada da Junta de Freguesia, liderada pela CDU, e hoje António Barge e o Festival de Vilar de Mouros poderiam ter já caído no esquecimento.

Mas não coube à Junta de Freguesia apenas esta função estrutural física, medida na disponibilidade de terreno. Coube-lhe talvez a mais árdua tarefa de, desde 1996, reunir as vontades populares locais em torno do Festival. É que 1982 deixou várias mossas, não artísticas, claro. Razão pela qual a tentativa de reedição de 1984 não chegou a acontecer. Hoje, a população está com o Festival de Vilar de Mouros, e essa identidade ficará para sempre associada à ação do Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e à liderança de CDU.

Sabemos bem que alguns se desgostam com esta realidade, no entanto deveriam com ela aprender, e ver nela o alcance solidário e identitária da CDU. Mesmo num protocolo em que a CDU não participou, foi à CDU que por força eleitoral coube acompanhar esse festival. E fê-lo, discordando da opção, mas não deixando de fazer tudo o que estava ao ser alcance para que o festival decorresse com o sucesso possível.

Hoje a realidade é outra. A sensibilidade cultural e artística da liderança do município é também diferente, e por isso a Câmara Municipal é hoje mais próxima da ação e pensamento da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros liderada pela CDU.

Mas não esqueceremos que só a CDU manteve o mesmo nível de envolvimento e o mesmo percurso de valorização e vontade de realização do festival, bem visível até nesta Assembleia.

A CDU é a única força política que nos órgãos de freguesia e municipais onde está representada se desdobra em intervenções que apenas procuram a valorização do festival, a elevação do território municipal conseguida com a



## Assembleia Municipal de Caminha

existência do Festival e o reconhecimento do papel singular das populações na afirmação do “nosso” Festival, cuja história, idiossincrasia e imagem icónica o tornam único, com uma distinção clara de intergeracionalidade que faz eco de todo o seu percurso.

Pelo dito, pelo sentido e pelo vivido, a CDU votará favoravelmente a renovação deste protocolo, sentindo o conforto de que as representações autárquicas, de freguesia e municipal, que nele participam é, reconhecidamente, suficientemente capaz e determinada para salvaguardar o Festival de Vilar de Mouros.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que hoje é encerramento de ciclo relativamente ao Festival de Vilar de Mouros, na expectativa que este documento seja aprovado por unanimidade nesta Assembleia. Julga que o percurso que foi feito nos últimos anos, um percurso que o festival fez trilhado com pedras, mas, um percurso de enorme sucesso naquilo que tem a ver com a recuperação de uma história, de um legado, mas sobretudo com a visão e com os olhos colocados no futuro. Disse ainda que tem uma enorme satisfação pelas decisões que foram tomadas, muitas arriscadas e arriscadas ao dia que estavam a tentar perceber se as pessoas iam, num festival aonde é muito do bilhete de entrada, do bilhete do dia, e isso foi uma batalha conseguida e ganha, e julga que o apoio que vai ser dado a este documento vai evidenciar que existe ali um ciclo de divisão, com ou sem culpas de uma avaliação que as pessoas farão, e na verdade é que está terminado. Disse ainda o Senhor Presidente que não pode ali de deixar salientar algumas pessoas e instituições no momento em que lançaram este protocolo para os próximos seis anos, e em primeiro lugar salienta a empresa que com eles trabalha, que soube manter uma ligação forte às autarquias, á população, soube perceber aquilo que era a dimensão pessoal, as histórias que lhes contava este festival a cada um ,e que era preciso encontrar soluções



## Assembleia Municipal de Caminha

muito para além de alguns critérios comerciais, por isso, deixa uma palavra á empresa as pessoas que dirigem a empresa, que gostam muito e Vilar de Mouros, e a todos os patrocinadores porque seria impossível fazer este festival sem o apoio financeiro dos patrocinadores, e o apoio institucional que os levou aos diversos canais. E, quando se está na televisão, nos jornais está-se a potenciar o território e o festival, porque outros patrocinadores percebem a força da nossa marca, e percebem que podem ter a sua marca horas a fio na televisão, na rádio ou nos jornais. Agradece também ás pessoas de Vilar de Mouros em particular e as pessoas do Concelho de Caminha em geral, as pessoas do Concelho porque todas ela tem o Vilar de Mouros no coração, onde se mobilizaram e estiveram nas primeiras duas edições, quando o cartaz não era assim tão bom, e as pessoas regressavam ao festival pelas memorias, por aquilo que significa e também sabiam que a sua presença servia para levantar o festival, mas, ás pessoas de Vilar de Mouros que para além de terem tatuado o ADN do festival no seu coração, são pessoas que sofrem algumas agruras por causa do festival , cortes de transito, impossibilidade de circular e por isso não pode deixar de agradecer às pessoas de Vilar de Mouros que os ajuda muito a criar o festival, e este é o único festival que é realizado dentro da população, porque, os outros grandes festivais são realizados em grandes parques citadinos, ou em herdades fora dos centros populacionais, ou juntos da Vila mas, não tão junto da população, este é feito na Aldeia junto das pessoas, e por isso agradece às pessoas de Vilar de Mouros.

Para terminar disse o Senhor Presidente que agradece à Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, porque a chama que foi mantida durante anos deve muito à Junta de Freguesia, ao papel da CDU que tem um pensamento ligado à cultura como ficou evidenciado em grandes momentos da historia, essa capacidade de alimentar a historia à musica, à cultura e o envolvimento da cultura para o desenvolvimento humano é uma marca da CDU no Pais mas, também em Vilar de Mouros, e, sabe que o discurso da CDU não permite a individualização e por isso ouviram o elogio às instituições, mas, ele quer agradecer muito ao



## Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Carlos Alves. Porque, as instituições trabalham, são as principais responsáveis e sem elas não se estava ali, mas, quando toca a ligar o telefone ninguém liga para as instituições, liga-se para as pessoas, e o Senhor Carlos Alves sempre esteve nos momentos bons e menos bons e a chave da solução a paciência para o ouvir, muitas vezes ele encontrava na história do passado muitas soluções para muitos problemas que iam surgindo, muitas vezes o acalmava, mas também muitas vezes o cutucava quando era preciso resolver um assunto para o qual não estava a perceber e a compreender a gravidade e a urgência. Por isso, agradece ao Senhor Carlos Alves e a toda a sua equipa que trabalha com o executivo nestes momentos muito complicados e dizer que é um privilégio ser parte deste regresso do Festival e deste fortalecimento do Festival ao longo destes anos, agradece à Junta de Freguesia todo o apoio. E, este ano não vai haver Festival como não houve no ano passado, mas, este ano está a ser preparada uma pequena surpresa para o dia 28 de agosto para assinalar o momento dentro de todas as regras e dentro do contexto pandémico permitir e será com a Câmara Municipal, com a Junta de Freguesia e com empresa Surprise & Expectation, ou com outros parceiros irão tentar encontrar um momento aonde se possa celebrar este protocolo e sobretudo esta parceria que trás música, cultura e cidadania, por isso vamos aguardar que em breve haverá novidades.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



## Assembleia Municipal de Caminha

**f) Proibição de Trânsito no Arruamento que liga a Rua da Joanhina à Rua de Esteiró na União de Freguesias de Moledo e Cristelo**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de junho de dois mil e vinte e um, relativa à “**Proibição de Trânsito no Arruamento que liga a Rua da Joanhina à Rua de Esteiró na União de Freguesias de Moledo e Cristelo**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a “Proibição de Trânsito no Arruamento que liga a Rua da Joanhina à Rua de Esteiró na União de Freguesias de Moledo e Cristelo”, com a implementação de sinalética de trânsito proibido, sinal C2 – trânsito proibido, a colocar no lado direito do sentido de trânsito em ambos os extremos do arruamento, conforme fotomapa anexo.

Por solicitação da Câmara Municipal, é retida esta alínea

**e) Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga**

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, relativa à “**Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



## Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos do art.º 108, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal aprovar, sob proposta da Câmara, a constituição das associações de autarquias locais, assim, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove as “Alteração aos Estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga”.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse ao Senhor Presidente que apenas vai dar uma pequena nota, tentando também perceber a razão de tantas mudanças, porque parece que apenas são pequenas correções, com as quais concordam e algumas entendem até que não são muito relevantes. E claro, já que se está a alterar, fazem-se essas alterações e não existe com isso nenhum problema. Mas, relativamente ao art.º 4º, onde sai a alínea “e)” a CDU não está a perceber porquê, uma vez que dizia, na sua redação anterior, que “requer a convocação da Assembleia Geral nos termos previstos do art.º 15º”, que julga ser a possibilidade de um qualquer presidente de município poder requerer a convocação de uma Assembleia Geral. Por isso, não compreendem a retirada deste artigo, porque, em entender da CDU, era uma prerrogativa que era positiva para os municípios.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que é aquilo que disse, ainda assim, vai expor aquilo que se passou, até porque o executivo camarário está muito confortável com o texto dos estatutos da Associação de Municípios da Serra D’Arga, o qual foi trabalhado entre os quatro municípios, e este é um tema importante porque esta associação é aquela que vai ajudar a valorizar a Serra D’Arga contra por exemplo aqueles que querem atingir através da mineração, e havia alguma pressão em fazer as coisas bem, e entretanto foi aprovado um documento nos quatro municípios, Caminha, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima, com o mesmo texto e foi aprovado nesta Assembleia Municipal, mas, entretanto, aconteceu algo que os municípios não estavam a contar, a



## Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal de Viana do Castelo não discutiu e não aprovou o texto, enquanto que os restantes Municípios aprovaram ficaram num impasse porque esta associação era entre os quatro elementos e só faz sentido assim. E, não aprovou porque o Presidente da Câmara de Viana do Castelo foi sensível a algumas críticas apresentadas por um Deputado em particular, e entendeu não levar a votação porque não tinha certeza do que estava a levar a votação e deixou os restantes municípios num impasse, e aquilo que resultou desse debate entre a força política que colocou as questões e a Câmara Municipal foi este texto que ali hoje estão a apresentar e surgiu há muitos poucos dias, e aquilo que a Câmara de Caminha fez, olhou para o texto novo e percebeu no texto novo se havia alguma alteração substantiva que evitasse que a Câmara se associasse a Viana, porque senão havia um novo problema, ao não se associar a este texto final, mas, a avaliação que o executivo fez foi muito semelhante aquela que o Senhor Deputado fez, as alterações são de pormenor, incipientes e não vêm em nenhuma delas nada de substantivo, em umas melhora, outras existe uma ligeira perda, mas, nessa alinea em particular julga que existe uma perda, porque seria bom que os municípios pudessem requerer essa Assembleia, ainda assim, isso não vai evitar que Caminha fique de fora do processo da constituição desta associação, e aquilo que já está acordado neste momento é que este texto que está aprovado em Viana do Castelo, seja também levado às diversas Câmaras e Assembleias Municipais. Para terminar disse o Senhor Presidente que se aceita o documento e julga que existem condições para o aceitar e assim haverá a oportunidade de se constituir a Associação de Municípios da Serra D'Arga, ou entendesse não aceitar, voltasse à mesa de negociações e não se sabe quando se terá a associação, e a opção do Município foi perante estas alterações insipidas que se podia trazer este documento ali, não prejudicando a celeridade com um documento que está na mesma bastante robusto sem qualquer tipo de alterações substantiva, ou seja, vai-se perder esse pequeno pormenor mas tem-se um documento e a Associação de Municípios da Serra D'Arga criada.



## Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 30 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H00M, do dia 25 de junho de 2021, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária

(Sónia Lajoso)

O Presidente

(Luís Augusto Pestana Mourão)